

RENOVAR:

005

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE PASSOS MANUEL

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS

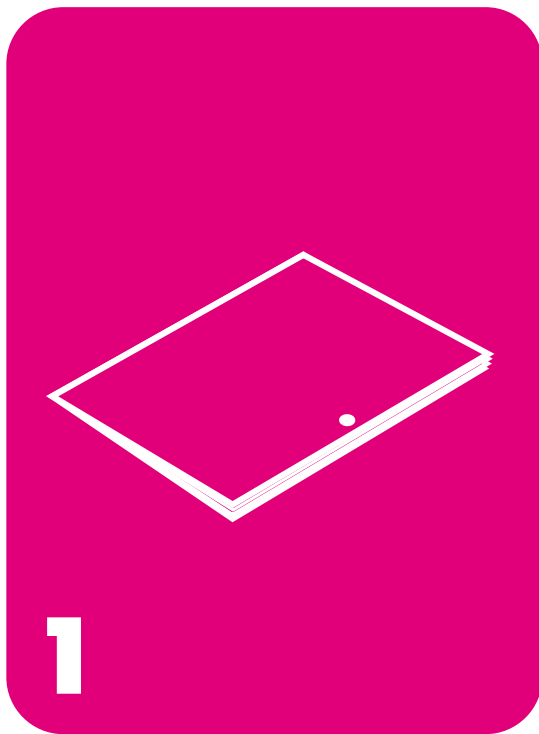
PARQUE ESCOLAR



PIN:UP

system

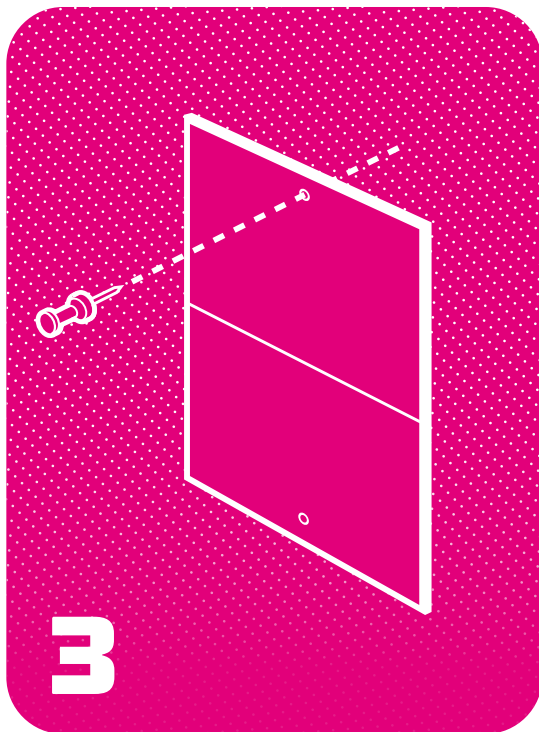
Renovar: é uma publicação muito apelativa e exibicionista que não gosta de ficar esquecida nas prateleiras **Pin-Up**. É um sistema que lhe permite alegrar o seu espaço com qualquer número da **Renovar:**



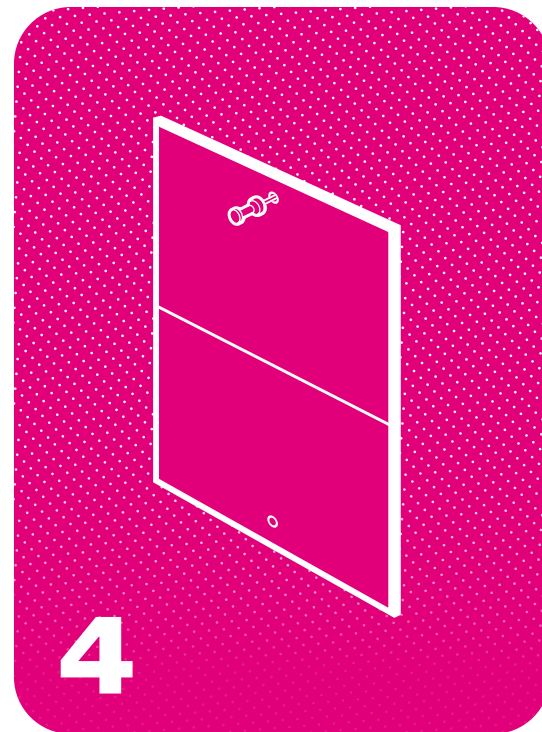
Todas as publicações têm um orifício em cada página, possibilitando pendurá-la para exposição, aberta ou fechada.



Abra a publicação nas páginas desejadas.



Pendure numa parede usando um dos orifícios.



Mude de página sempre que quiser.



RENOVAR:

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE PASSOS MANUEL

Coordenação
Teresa Heitor

Assistência à Coordenação
Catarina Frazão
Beatriz Pité

Fotografia
Nuno Pires/ Luís Calixto
José Manuel
Arquivo da Parque Escolar

Design
Albuquerque

© De esta edição: ME
© Da obra: ME
© Dos textos: ME

Maio 2011

ISBN
978-989-96106-5-1

Depósito Legal

Tiragem
500

R

estrukturar o Parque Escolar pode parecer, à partida, uma tarefa árdua e difícil, complexa e financeiramente significativa. É tudo isso e mais: um desafio gratificante, uma renovação de espaços ocupados sistematicamente por professores, funcionários e novos alunos, uma aproximação à comunidade.

Na passagem de um projecto à concretização confrontámo-nos com muitos obstáculos, é certo, mas na fase final é extraordinário perceber a adesão da comunidade escolar a quem se destina, registar as suas memórias e entender que estamos a construir espaços de futuro e com futuro.

A escola não é um local de passagem. É um refúgio, uma cápsula protectora onde se projectam sonhos e ideias, onde crescemos e aprendemos a conviver. É aqui que podemos adquirir conhecimento e ferramentas para construir o futuro. A escola é um lugar fundador de princípios e valores. Deverá ser entendido nessa dimensão humana para que possamos valorizar de forma real e eficaz as escolas que temos.

Importa agora preservar o trabalho feito. A renovação do Parque Escolar obedeceu a critérios de qualidade e de inovação, espelhando preocupações ambientais e de gestão de relações humanas. A renovação dos equipamentos escolares, este projecto que se concretizou e no qual se apostou o máximo de esforços, não se limitou a ser uma operação à superfície.

A renovação foi profunda, indo ao encontro das necessidades reais de cada população escolar, aceitando diferenças, compreendendo tradições e a história de cada estabelecimento de ensino. Ao mesmo tempo, imprimiu-se um espírito de modernidade, abrindo os espaços, seleccionando materiais e criando soluções potencialmente eficazes para cada projecto curricular. Um dos motes desta modernização do Parque Escolar implicou a aceitação de que as escolas não são todas iguais, os generalismos, ideias feitas e preconceitos, foram recusados.

Cada escola foi entendida como uma velha casa que precisava de carinho, de uma nova face, melhor e funcional, aberta à comunidade e às pessoas. Cada escola vale por si. Ontem, hoje e amanhã.

Teresa Heitor,
Vogal do Conselho de Administração da Parque Escolar, E.P.E.

Índice

Enquadramento Institucional | 04

Texto da Sr^a Ministra da Educação
Texto do Presidente da Parque Escolar, E.P.E.

Reforma de Passos Manuel de 1836 – O Plano dos Liceus Nacionais | 06

Alexandra Alegre

Edifício Centenário | 08

João Paulo Leonardo

A caminho de duzentos anos de educação no Liceu Passos Manuel | 10

Mário Henriques Z. Cabeças

Modernização do Liceu Passos Manuel | 14

Victor Mestre e Sofia Aleixo

Intervenção Estrutural | 18

João Appleton

Intervenção no Espaço Exterior | 20

Luís Cabral

Liceu Passos Manuel: a perspectiva da economia patrimonial | 25

José Maria Lobo de Carvalho

Testemunhos | 44



PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO

Nos últimos anos, Portugal realizou um profundo investimento na modernização dos seus edifícios escolares, nomeadamente na requalificação das escolas secundárias, graças ao Programa de Modernização do Parque Escolar, lançado em Março de 2007 pelo Ministério da Educação, e executado pela Parque Escolar E.P.E.

Isabel Alçada
Ministra da Educação

Hoje, de norte a sul do país, a qualidade das escolas já requalificadas testemunha o valor que a nossa sociedade atribui à educação. Para trás ficou o tempo de intervenções avulso, lançadas para acorrer a emergências pontuais, um tempo em que edifícios de grande valor histórico e patrimonial se mantinham desactualizados, degradados, sem esperança de recuperação.

O Programa de Modernização do Parque Escolar decorreu de uma estratégia para o desenvolvimento do ensino secundário, que elencou como prioridades:

- A universalização de um ensino de qualidade, através do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e da oferta de cursos profissionais diversificados, na escola pública, a par dos cursos científico-humanísticos;
- A criação de ambientes estimulantes do ensino e da aprendizagem, assegurando uma efectiva igualdade de oportunidades;
- A transformação das escolas em organizações eficientes, com capacidade de se ajustarem às exigências de qualificação numa economia global baseada no conhecimento;
- A abertura da escola à comunidade, oferecendo à população adulta novas oportunidades de formação e qualificação;
- O recurso a pedagogias contemporâneas nos currículos e nas práticas escolares, tais como a experimentação laboratorial no ensino das Ciências ou a prática oficial nos diferentes cursos profissionais;

- A utilização intensiva e permanente de recursos de informação, em vários suportes, nas salas de aula, nas bibliotecas escolares, nos espaços de trabalho, mediante a disponibilização de equipamentos tecnológicos e de internet em área aberta;
- A disponibilização de pavilhões e auditórios para actividades culturais e desportivas, de refeitórios, de espaços para trabalho e para convívio de alunos e de docentes e não docentes.

A requalificação dos edifícios escolares foi objecto de avaliação externa pelo Centre for Effective Learning Environments (CELE) da OCDE, em Dezembro de 2009. Esta avaliação salientou a adequação do modelo aos fins propostos, a eficiência dos procedimentos adoptados e o elevado padrão de qualidade que marcou as intervenções realizadas.

Além de beneficiar anualmente centenas de milhares de alunos, o programa de reabilitação do parque escolar funcionou como estímulo da economia, pois representa um investimento total de 2,5 mil milhões de euros e envolve milhares de empresas, contribuindo para a criação de dezenas de milhares de postos de trabalho.

Graças ao investimento na escola pública e ao Programa de Modernização do Parque Escolar, desenvolveu-se no nosso país uma arquitectura escolar contemporânea que, em parceria com a engenharia e com a construção, teve a oportunidade de ganhar experiência e de se afirmar.

As escolas que acolhem os alunos do século XXI valorizam o património histórico e refletem os valores da modernidade.

Os projectos foram concebidos no quadro de um frutuoso diálogo entre arquitectos, enge-

nheiros, paisagistas e outros técnicos, com directores, docentes e outros parceiros da educação. As construções resultaram sóbrias, funcionalmente adequadas às exigências da aprendizagem, atentas às questões energéticas, bem integradas no espaço urbano e oferecendo garantias de sustentabilidade.

Quero felicitar o presidente da Parque Escolar E.P.E., Eng. João Sintra Nunes, bem como toda a sua equipa, pelo empenhamento no projecto, pela competência técnica demonstrada e pela obra notável que conseguiu realizar.

Ao legar às novas gerações um assinalável conjunto de edifícios requalificados o nosso país está a preparar o futuro e a assegurar que a educação se continua a reger pelos valores de equidade, da exigência e do rigor ●

Em Março de 2007 arrancámos para este ambicioso desafio de requalificar e modernizar 330 escolas até ao ano de 2015, cumprindo o Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 1/2007.

João Sintra Nunes
Presidente da Parque Escolar

No passado recente as construções escolares procuraram responder ao desafio da massificação do ensino, canalizando todo o esforço financeiro para a construção de novos edifícios e para o alargamento da rede a todo o território nacional (78% do parque escolar construído nos últimos 40 anos).

O Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário procura responder ao desafio da qualificação dos edifícios escolares.

REQUALIFICAR E MODERNIZAR OS EDIFÍCIOS

Pretendemos potenciar as condições para a concretização de uma cultura de aprendizagem alargada, facilitando a divulgação do conhecimento e aquisição de competências, assente em seis vectores de intervenção:

Corrigir os problemas construtivos existentes; Melhorar as condições de habitabilidade, com particular ênfase na acústica, higrotérmica, qualidade do ar, segurança e acessibilidade;

Adequar os espaços e modernizar os equipamentos dos laboratórios e oficinas, bibliotecas e centros de recursos, redes e salas de tecnologias de informação e comunicação, secretarias e zonas de recepção ao público em geral;

Garantir espaços de trabalho e de pausa para o corpo docente, bem como adequados espaços para convívio e trabalho informal de alunos;

Garantir flexibilidade e adaptabilidade dos espaços à diversidade curricular e à evolução das práticas pedagógicas, de modo a maximizar a utilização e a minimizar investimentos no futuro;

Garantir a eficiência e auto-suficiência energética dos edifícios escolares, face ao aumento significativo dos consumos previstos resultantes do reequipamento dos edifícios escolares.

ABRIR A ESCOLA À COMUNIDADE E UM SISTEMA DE GESTÃO

Temos como objectivo também o recentrar a escola nos meios urbanos em que se inserem, criando condições espaço-funcionais e de segurança, para que nos horários pós ou extra escolares, os edifícios possam ser utilizados pela comunidade no âmbito das actividades associadas à formação pós-laboral, aos eventos culturais e sociais, ao desporto e ao lazer.

Para garantir a sustentabilidade do programa ao longo do tempo é fundamental a concepção e adaptação de um modelo de gestão que garanta, após a operação de requalificação, o fomento da correcta utilização das instalações e dos equipamentos, formando, acompanhando e responsabilizando os utilizadores; é, ainda,

fundamental garantir a plena utilização das instalações e, por fim, dar uma resposta eficaz às necessidades de intervenção pontual de reparação ou às intervenções programadas de conservação e manutenção.

A CONCRETIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO

A prioridade das intervenções é definida em conjunto com o Ministério da Educação, em estreita articulação com as Direcções Regionais de Educação, atendendo o grau de degradação dos edifícios; a carência de instalações em função do número de alunos previstos; a gestão otimizada dos financiamentos comunitários disponíveis e ainda a adaptação ao modelo de contratação, garantindo escala por região.

Sobre a metodologia de abordagem das intervenções, importa sublinhar que após a selecção das escolas a intervir, se inicia um percurso conjunto, envolvendo cada escola, a Parque Escolar e os projectistas. Este processo implica a definição do programa da intervenção, pelo acompanhamento das diversas fases de projecto e pela fixação do faseamento construtivo da obra. A participação de cada escola é uma marca do Programa, uma nova forma de trabalhar na Administração Pública, em que os utentes são participantes activos, desde a definição do programa de intervenção até à conclusão da obra.

Em Junho/Julho de 2007 iniciaram-se quatro intervenções piloto, abrangendo seis instituições de ensino. O objectivo era o de aprofundar, consolidar e aferir conceitos programáticos de intervenção, práticas construtivas e orçamentos de intervenção.

Até 2014 serão requalificadas instalações correspondentes a 330 escolas com ensino secundário, abrangendo uma população estudantil de cerca de 400.000 alunos. Trata-se de um investimento sem paralelo nas construções escolares, correspondente à intervenção em 4,2 milhões de m², dos quais cerca de 70% são de requalificação integral.

O Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário constitui uma das maiores operações de requalificação global e integrada de edifícios escolares na Europa. É um desafio para a Administração Pública, para Arquitectos e Engenheiros, para o sector de serviços de fiscalização e gestão de segurança e para a indústria da construção civil e obras públicas. Esperamos que todos os parceiros desta operação estejam à altura do desafio para que juntos possamos construir escolas de futuro ●

REFORMA DE PASSOS MANUEL DE 1836 – O PLANO DOS LICEUS NACIONAIS

Alexandra Alegre

Com a publicação da Reforma de Jaime Moniz em 1894-95 e da Reforma de Eduardo Coelho em 1905, o ensino liceal experimenta um forte impulso de modernização.

O ano de 1836 constitui um marco particularmente relevante para o ensino em Portugal, salientando-se, do conjunto de reformas publicadas por Passos Manuel, o decreto da reforma da Instrução Secundária que aprova o *Plano dos Liceus Nacionais*, em 17 de Novembro, que irá substituir as aulas dispersas pelo país, criadas pela reforma pombalina em 1759. Passos Manuel dá um claro sentido ideológico às suas propostas ao instituir a denominação de *Liceu*, inspirada no modelo republicano francês de *lycée*, garantindo uma ligação simbólica aos ideais republicanos, que orientam o novo conceito de ensino público e obrigatório.

A prioridade atribuída à reforma do ensino secundário é expressa no preâmbulo do decreto e justifica-se pela utilidade que se pretendia atribuir ao ensino nos liceus. Esta reforma procura, por um lado, o desenvolvimento de uma sociedade industrial, assente na instrução técnica, científica e artística de “*grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores*”, assegurando que o objectivo do ensino secundário não se centre apenas no acesso aos estudos superiores. Por outro lado, responde à necessidade de um ensino laico, exigido pela extinção das ordens religiosas em 1834, que dominaram anteriormente o ensino em Portugal.

A planificação curricular da reforma de Passos Manuel engloba disciplinas das áreas humanísticas e integra novos programas das áreas científicas, procurando atribuir um sentido prático e moderno ao ensino e preconizando um método de aprendizagem indutivo e experimental. Este facto é particularmente

evidente no conjunto de espaços propostos no seu programa: Biblioteca, Laboratório Químico, Gabinete com três divisões para Física e Mecânica, Zoologia e Mineralogia, e como anexo, um jardim experimental destinado às aplicações de Botânica. No mesmo diploma é ainda estabelecido o custo da frequência do liceu, as habilitações e ordenado dos professores, e as formas de avaliação, inspecção e gestão do ensino.

Na realidade, a reforma de Passos Manuel nunca viria a ser verdadeiramente executada. Assente num regime de ensino por disciplinas e sem um plano que as articule, deixa numerosos pontos por esclarecer, nomeadamente, o número de anos de frequência do curso liceal, as matérias a leccionar em cada ano e a sua carga horária. O problema das instalações liceais dificultou também a sua implementação: por um lado, o Estado não possuía meios financeiros para a construção de novos edifícios para acolher a população liceal e, por outro, as condições arquitectónicas e pedagógicas das instalações existentes não cumpriam as exigências da reforma de 1836, que estabelecia a instalação de dois liceus em Lisboa e um liceu em cada capital de distrito. Na prática, os liceus ocuparam construções já existentes, sobretudo edifícios de seminários, conventos extintos, antigos colégios dos Jesuítas, hospitais abandonados, casas particulares, armazéns, igrejas, etc.

O período que se segue à criação dos liceus e que decorre até 1894/95, caracteriza-se pela instabilidade e indefinição na organização desta instituição, demonstrando uma incapacidade por parte do Estado em aplicar,

a nível nacional, o modelo proposto. Durante este período os liceus eram frequentados por um número muito reduzido de estudantes, optando os restantes alunos por estudar em casa ou no ensino privado, frequentando os liceus públicos apenas para a realização de exames e obtenção dos seus diplomas.

Com a publicação da Reforma de Jaime Moniz em 1894-95 e da Reforma de Eduardo Coelho em 1905, o ensino liceal experimenta um forte impulso de modernização. Põe-se termo à instabilidade vivida até então, propondo a sua articulação e a organização a nível nacional, assente na adopção do regime simultâneo de ensino por classes, e atribuindo-se uma maior importância às disciplinas de carácter científico e ao ensino activo e experimental, bem como às questões higienistas e de saúde escolar, responsáveis pela promoção de novas práticas higiénicas e pela obrigatoriedade da prática de exercício físico •

Fonte:

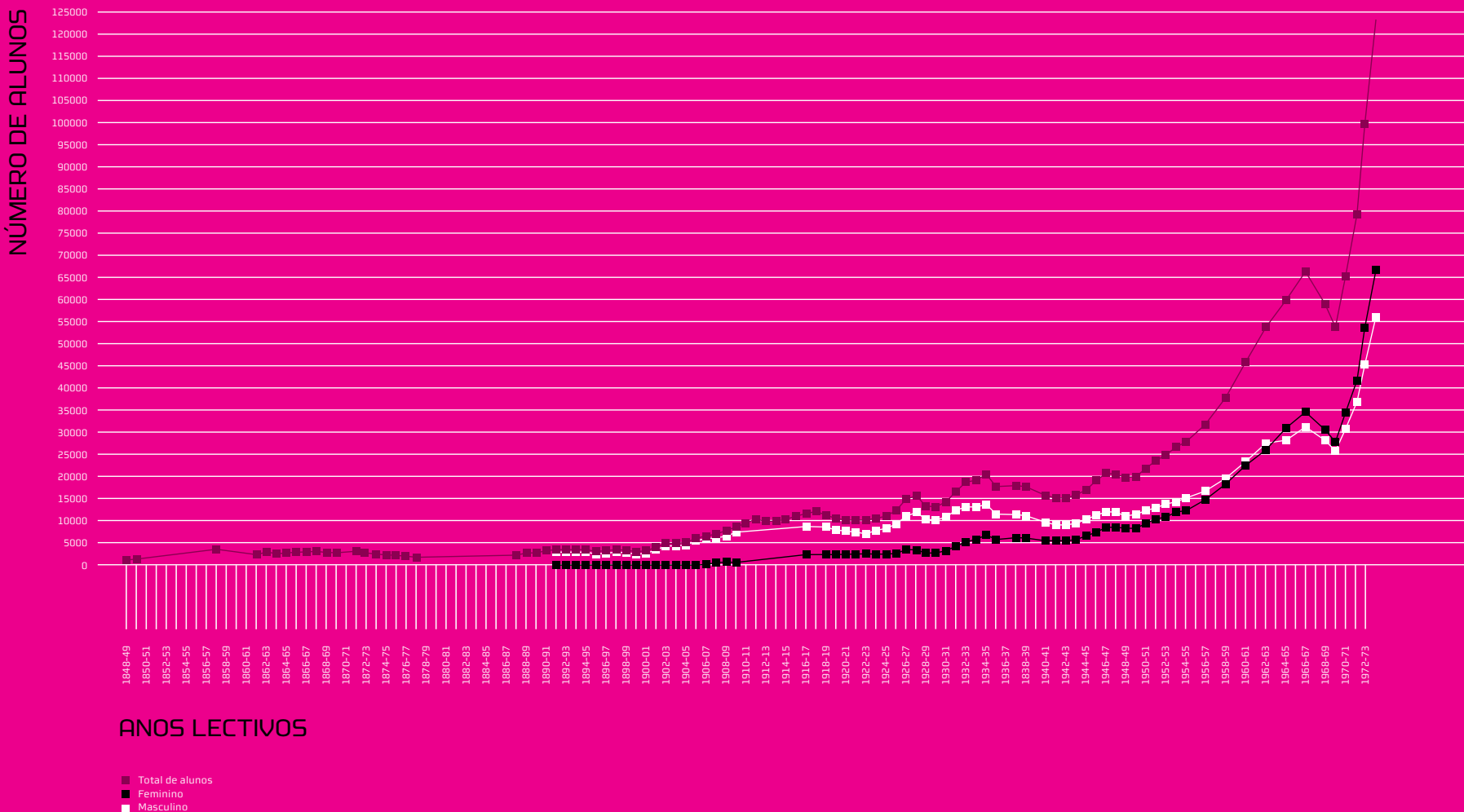
BARROSO, João; *Os Liceus. Organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*, Volume I, Colecção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humana FCG-JNICT, Novembro 1995.

CARVALHO, Rómulo de; *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1986.

VALENTE, Vasco Pulido; *O Estado Liberal e o ensino. Os Liceus portugueses (1834-1930)*, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa 1973.

DECRETO.

Attendendo a que a Instrucção Secundaria é de todas as partes da Instrucção Publica aquella que mais carece de reforma, por quanto o systema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição esteril, quasi inutil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeigoamento das Artes, e os progressos da civilisação material do Paiz: Attendendo outrosim a que não pôde haver illustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos scientificos e technicos indispensaveis aos usos da vida no estado actual das sociedades: Hei por bem Aprovar, e Decretar o Plano dos Lyceos Nacionaes, que Me foi offerecido pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra o Doutor José Alexandre de Campos, e que vai assignado por Manoel da Silva Passos, Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, para fazer Parte da Plano geral que incessantemente continuará a ser-Me apresentado. O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades, em dezeseite de Novembro de mil oitocentos trinta e seis. = RAINHA. = *Manoel da Silva Passos.*



Dados retirados de: António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara (coordenação); "Liceus de Portugal" Histórias, Arquivos, Memórias", Porto, Edições ASA, Outubro 2003, pp. 28-29.

Um EDIFÍCIO CENTENÁRIO

João Paulo Leonardo
Director da Escola

“Propomos pensar na renovação, remodelação e modernização dos espaços escolares, adaptando-os aos desafios do séc. XXI”.



A origem da actual Escola Básica e Secundária de Passos Manuel remonta à fundação dos liceus em Portugal, no século XIX, pelo então ministro do Reino, Manuel da Silva Passos.

Depositária de um legado relevante, esta escola é uma instituição de referência na História da Educação em Portugal. Assumindo-se como estabelecimento de referência na prossecução das finalidades educativas que a natural evolução dos tempos e transformações sociais iam exigindo, esta escola cumpriu sempre com ânimo e responsabilidade a nobre função de instruir, educar, formar e orientar os milhares de crianças, jovens e adultos que por ela passaram, tendo participado e contribuído para a formação de muitas personalidades proeminentes das últimas mais de dezassete décadas da história, da cultura e da ciência portuguesas.

No ano em que se comemora o centenário da primeira aula no actual edifício e os 175 anos da criação dos liceus em Portugal, é de realçar a capacidade de sobrevivência deste *Lyceu Central de Lisboa* (1836) o qual, tendo deambulado por diversos espaços na cidade de Lisboa veio a estabelecer-se nas actuais instalações, na freguesia das Mercês, em 1911.

“Propomos pensar na renovação, remodelação e modernização dos espaços escolares, adaptando-os aos desafios do séc. XXI”. Foi com estas palavras que, em Fevereiro de 2007, a Parque Escolar incitou toda a comunidade escolar - professores, alunos, técnicos, funcionários e outros utentes - a participar no projecto de uma profunda intervenção arqui-

tectónica e tecnológica no edifício centenário e emblemático (classificado pelo IGESPAR), situado no Largo de Jesus, no coração de Lisboa.

Volvidos quatro anos sobre esse incitamento, podemos hoje presenciar uma reabilitação capaz de fazer permanecer quase intacta a memória histórica e de enobrecer a herança cultural de uma escola que continua a desejar projectar-se no futuro.

Actualmente sede do Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado, instituição que integra mais de 1700 crianças e jovens dos 3 aos 20 anos de idade, provenientes de uma diversidade étnica e cultural sem precedentes em Portugal (mais de trinta nacionalidades), este magnífico edifício volta agora a reflectir a imagem de uma escola pronta para assumir com brio a sua contemporaneidade. Repto que passa por conceber a escola actual como um espaço de encontro e transmissão cultural, de cogitação e de debate, em suma, como um instrumento simultaneamente activo e dinamizador, tanto do desenvolvimento individual, como do desenvolvimento comunitário e social no qual as Famílias se revejam e queiram participar e no qual os nossos Alunos desenvolvem com orgulho um forte sentimento de pertença •



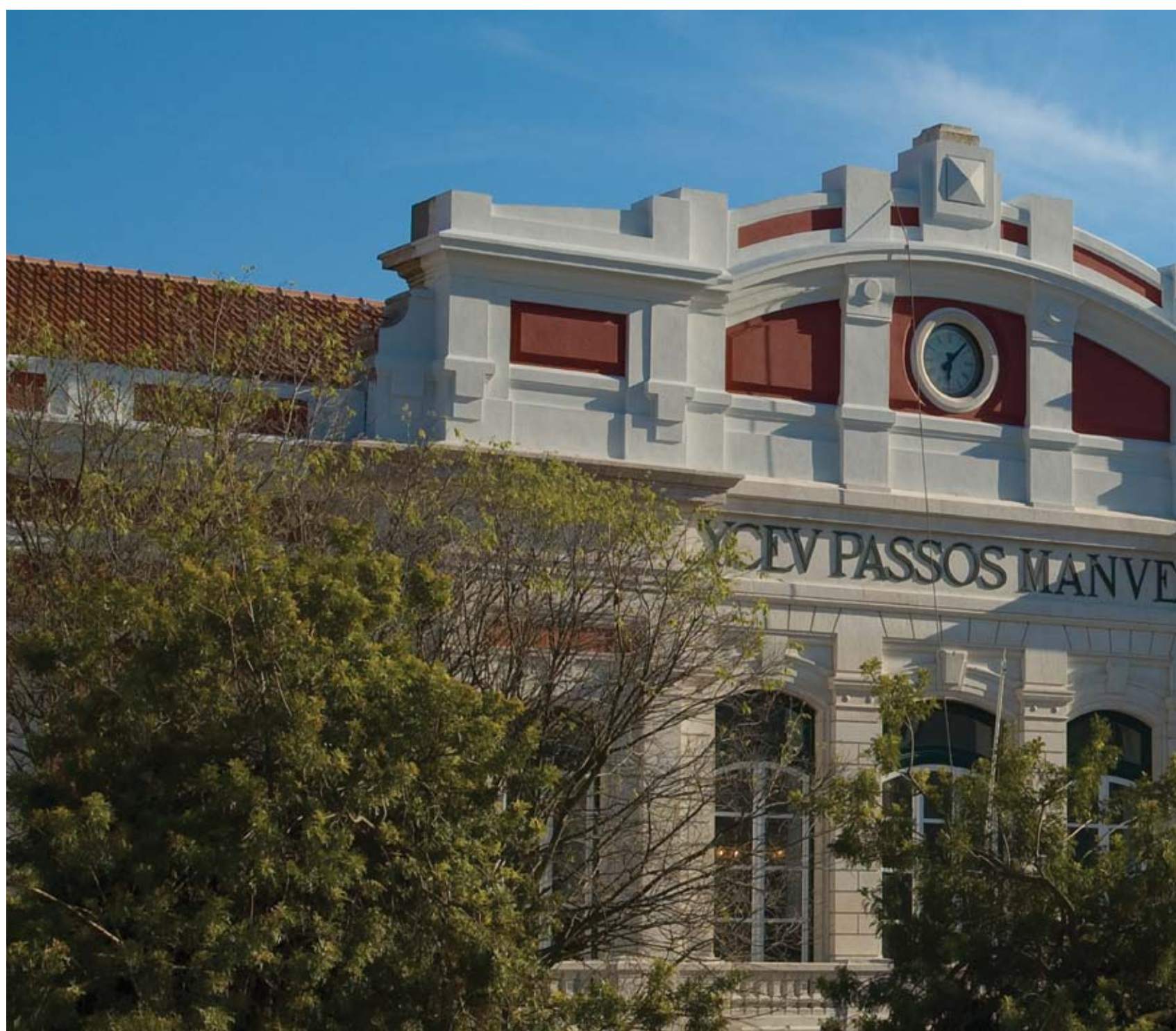
LYCEV PASSOS MANVEL



A CAMINHO DE DUZENTOS ANOS DE EDUCAÇÃO NO LICEU PASSOS MANUEL

Mário Henriques Z. Cabeças

Antigo Professor da Escola Secundária de Passos de Manuel



O Decreto-Lei de 17 de Novembro de 1836 (o acto fundador dos liceus portugueses), emanado do então Ministro do Reino Manuel da Silva Passos, determinava para a cidade de Lisboa a criação de dois liceus, sendo um deles “substituído pelo Colégio dos Nobres reformado, se ficar colocado em Lisboa” e o outro instalado junto da Academia das Ciências, da qual formaria uma secção, participando “dos mesmos Estabelecimentos”, e tendo “em comum com a mesma Academia a primeira cadeira desta”.

A capital viria, porém, a contar apenas com um liceu – o Liceu Nacional de Lisboa – para o que contribuiu, entre outros factores, a extinção do Colégio dos Nobres (Janeiro de 1837) e a transferência dos seus bens para a Escola Politécnica.

Pela Reforma de Luciano de Castro, de 1880, o liceu de Lisboa ascendeu à categoria de Liceu Nacional Central, por nele serem ministrados os cursos geral e complementar, este último com bifurcação na área das Letras ou Humanidades e na área das Ciências. Ao fim de qua-

se 70 anos de exclusividade de ensino liceal na capital, terminou o ‘monopólio’ do liceu de Lisboa – ou Liceu do Carmo, como passou a ser vulgarmente conhecido a partir de 1893, data em que foi ocupar o Palácio Valadares, no Largo do Carmo –, com a fundação daqueles que viriam a ser os Liceus Camões (1902) e Pedro Nunes (1905). Por Despacho de 17 de Julho de 1908, o primeiro liceu de Lisboa foi autorizado a ostentar o nome “Liceu Passos Manuel”, em homenagem ao ministro que instituiu os liceus no nosso país. Ao longo do século XX, foram



O Liceu Passos Manuel foi na realidade um dos primeiros liceus a funcionar de facto e o único da capital até às primícias do século XX

criadas várias secções do Passos Manuel: em 1914, a secção de S. Vicente (depois Liceu Gil Vicente); no início da década de 30, a secção masculina do Carmo; nos anos 60 e princípios de 70, as secções de Sintra, Queluz, Amadora (actuais escolas secundárias dessas localidades) e a Escola Preparatória D. Fernando II, em Sintra. No pós-25 de Abril, entraria num novo ciclo da sua vida, desde logo com a própria mudança de designação para Escola Secundária Passos Manuel, nome que ainda hoje conserva. À semelhança dos restantes liceus portugueses, o Liceu Nacional de Lisboa conheceu vicissitudes várias na sua organização e instalação, bastantes delas motivadas pelo desfazimento entre as intenções legislativas e a realidade do país, devendo juntar-se a ausência de reformas educativas coerentes e adequadas à situação. Estabelecido inicialmente no extinto cenóbio de S. João Nepomuceno, deambulou, de forma precária e provisória, ao longo de todo o século XIX, por diversas zonas da cidade (Largo do Poço Novo, Rua de S. José, edifício dos Paulistas, Rua Portas de Santo Antão, Largo do Intendente, Largo do Carmo) até que em 1911 ocuparia o edifício construído para o efeito, no Largo do Convento de Jesus, tendo sido leccionada, na novel edificação, a primeira aula a 9 de Janeiro desse ano. Todavia, ainda mal tinha sido inaugurada e já a nova casa se mostrava insuficiente para uma população escolar de 1158 alunos, sendo por esta altura o maior liceu do país em número de alunos.

O Liceu Passos Manuel deteve um papel indiscutível no contexto da educação em Portugal. Conforme escreveu o seu reitor Guerreiro Murta, em 1953, na monografia *Evocação Histórica do Primeiro Liceu de Lisboa e do País*, o Liceu Passos Manuel teve “maior número de cadeiras do que qualquer outro”, “dele irradiaram noções, normas para muitos outros”¹. De facto, por ele passaram como professores personalidades proeminentes da sociedade portuguesa, participando nos debates sobre o ensino, influenciando as reformas da instrução secundária, quer enquanto agentes da educação, quer enquanto figuras que se moviam nos principais círculos culturais e políticos do país. Como liceu da capital era aquele que estava mais próximo do poder político, sendo, em certa medida, o dispositivo que permitia avaliar a eficácia das diferentes reformas educativas. Entre docentes da instituição contam-se figuras como Henrique Midósi, Augusto Soromenho, Cândido Figueiredo, Ferreira Deusdado, Leite de Vasconcelos, David Leite, Agostinho de Campos, Consiglieri

Pedroso, Borges Grainha, Manuel de Arriaga (depois primeiro Presidente da República), etc. Dos seus alunos, muitos deles viriam a ser figuras notáveis da sociedade portuguesa nos mais diversos domínios, como na Literatura (Cesário Verde, Mário de Sá-Carneiro...), nas Artes Plásticas (Rafael e Columbano Bordalo Pinheiro, Roque Gameiro, Mário Eloy...), na Música (Alfredo Keil, Viana da Mota, Lopes Graça...), no Teatro (Felisberto Robles Monteiro, João Vilaret...), na Medicina (José Curry Cabral, Miguel Bombarda, Adelaide Cabette...), etc...

O Liceu Passos Manuel foi na realidade um dos primeiros liceus a funcionar de facto e o único da capital até às primícias do século XX, circunstância esta que mereceu a crítica do reitor Silva Amado, no discurso de abertura solene das aulas, em 1883: “Não conheço nenhuma outra cidade da Europa, em condições análogas, que não possua mais de um liceu.”² Não obstante, se ser único na capital até ao limiar de Novecentos não era propriamente um situação de que a cidade e o país se orgulhassem, os quase 70 anos de ‘solidão’ não deixaram, todavia, de lhe criar o orgulho próprio de um pioneiro.

Contas feitas, já lá vão quase 174 anos de educação no Passos Manuel, a caminho, portanto, dos 200 anos. Do presente e do futuro, espera-se que o riquíssimo património histórico integrado que o Liceu nos foi legando ao longo da sua existência seja efectivamente preservado e usufruído - porque “Pátria de palavras apenas tem a superfície” (Ruy Belo) •

Sobre as fontes e bibliografia relacionadas com o Liceu Passos Manuel, consultar Mário Cabeças, “Liceu Passos Manuel, em Lisboa”, in António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara (coord.), *“Liceus de Portugal”, Histórias, Arquivos, Memórias*, Porto, Edições Asa, 2003, pp. 507-533.

1: José Guerreiro Murta, *Evocação Histórica do Primeiro Liceu de Lisboa e do País (Discursos e Anotações)*, Lisboa, Centro Gráfico de Famalicão, 1953, p. 10.

2: J. J. da Silva Amado, *Discurso da Abertura Solemne das Aulas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 12



MODERNIZAÇÃO DO LICEU PASSOS MANUEL

Victor Mestre e Sofia Aleixo
Arquitectos

A metodologia de intervenção no Liceu baseou-se no respeito absoluto do conjunto arquitectónico, reabilitando e refuncionalizando o sistema estrutural com recurso a acções pontuais

FICHA DE PROJECTO E DE OBRA

Projecto de Arquitectura
Victor Mestre | Sofia Aleixo Arquitectos

Projecto de Estabilidade
A2P Consult - Engº João Appleton

Projecto de Instalações Hidráulicas
Termifrio: Engº Serafin Graña

Projecto de Instalações de Gás
Termifrio: Engº Serafin Graña

Projecto de Instalações Eléctricas e de Telecomunicações
Engº Luís Alegria

Projecto de Sistemas de Segurança
Multitec, Consultores Técnicos Associados, Lda.

Verificação do RSECE / Certificação Energética
NaturalWorks, projectos de Engenharia Unipessoal, Lda.

Projecto de Condicionamento Acústico
Acústica e Ambiente, Lda: Engº Pedro Martins da Silva

Projecto de Resíduos Sólidos
Ecoserviços: Engº José Santiago

Arquitectura Paisagista
Arpas, Arqtos Paisagistas Associados, Lda. Arquitecto Luís Cabral

Gestão e Fiscalização
Gesbau, Cenor

Empreiteiro Geral
HCI Construções, S.A.



Liceu Passos Manuel incorpora uma restrita lista de edifícios escolares classificados do século XX, em parte pelo reconhecimento da sua arquitectura mas também por

se lhe reconhecer um especial apreço por ter sido o primeiro Liceu português planeado de raiz a partir dos conceitos inovadores defendidos e proclamados pelo fundador do ensino moderno em Portugal, o advogado Dr. Manuel da Silva Passos (1801-1862), conhecido por Passos Manuel.

O local escolhido não poderia ser mais simbólico, por se encontrar implantado entre o Convento de Jesus, um bastião do ensino leccionado pelos jesuítas e o Convento dos Paulistas que integra um edifício de grande erudição destinado a Biblioteca. Ao lado do Convento de Jesus, e ocupando parte deste, está sediada a Academia das Ciências e, a completar este triângulo de instituições relevantes, encontra-se o Museu Geológico.

A visita do Rei D. Carlos à obra, ainda em fundações, é reveladora da importância deste empreendimento que se pretendia exemplar na reorganização e modernização do ensino em Portugal. Viria a ser o modelo que se pretendia implementar em todo o país. O atraso das obras e o regicídio com a consequente implantação da república terá condicionado o andamento das obras acabando por se verificar um faseamento ao longo de alguns anos, sendo inaugurado apenas em 9 de Janeiro de 1911.

O último projecto da responsabilidade de Rosendo Carvalheira resultará de uma simplificação do método construtivo e por consequência num “aligeiramento” da estrutura, recorrendo a tecnologias recentemente utilizadas, o que veio a conferir ao conjunto arquitectónico uma nova modernidade. O Liceu apresenta-se com uma escala que o torna quase monumental, em virtude do ele-

vado pé-direito, resultado do ainda presente conceito higienista do século XIX que viria a revolucionar os edifícios públicos, com especial relevância para os hospitais e instituições de ensino.

Este edifício modelo permanecerá intacto até aos nossos dias ainda que apresente alguns sinais de degradação em virtude do intenso uso ao longo de praticamente um século. Contudo, destacam-se os assentamentos diferenciais verificados na ala Sul, resultando em visíveis fissuras em padieiras de vãos, onde a execução de sondagens informou o tipo de reparação/reabilitação implementado.

O valor patrimonial atribuído pela classificação e sobretudo a estima pública que lhe é conferida pela comunidade em geral e em particular por ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários, eleva este edifício a um estatuto de excepção em que património material e imaterial são um único.

A intervenção que se efectuou no Liceu Passos Manuel assentou em três vectores fundamentais respectivamente, a reinfra-estruturação do(s) edifício(s) e espaços exteriores, a introdução de novas valências e respectiva adaptabilidade ao edificado, nomeadamente com a implantação de um novo polidesportivo, e a valorização patrimonial da identidade arquitectónica.

A metodologia de intervenção no Liceu baseou-se no respeito absoluto do conjunto arquitectónico, reabilitando e refuncionalizando o sistema estrutural com recurso a acções pontuais, tendo-se evitado a remoção e substituição de materiais e tecnologias, reparando-as e reforçando alguns dos elementos danificados. O recalçamento de fundação a Sul foi efectuado o que permitiu a implantação do novo refeitório escolar a uma cota inferior ao actual piso -1. Esta escavação permitiu tirar partido desta consolidação estrutural e integrar arquitectonicamente uma das funções de maior dimensão no contexto desta obra. A sala de refeições foi projectada no quadrante



Sul, abrindo-se para um pátio em elipse ajardinado, onde uma escada rampeada pontua a vista enquadrada do exterior, tornando-se o elemento organizador deste novo espaço de encontro e de lazer.

A implantação de um piso intermédio na ala Sul para instalação de Departamentos Curriculares, bem como a reorganização interna do edifício dos laboratórios, com a introdução de novos pisos, constituem as intervenções de fundo no edifício existente. De salientar que a manutenção dos Laboratórios Históricos implicou o seu cuidadoso desmonte e restauro tendo sido cautelosamente reposicionado após as intervenções estruturais.

As obras de conservação e restauro prevaleceram na maioria do edifício. A re-infraestruturação das redes a par da introdução de elementos de correcção térmica e acústica bem como máquinas de climatização instaladas no desvão das coberturas complementaram esta reabilitação física ao nível do conforto, com especial acuidade na qualidade do ar, da segurança e da acessibilidade.

As actividades desportivas do Liceu concentram-se agora num novo Polidesportivo, parcialmente construído abaixo da cota do terreno, permitindo a implantação de dois ginásios interiores, salas de aulas e balneários, e ainda a instalação de campo de jogos exterior na cobertura, minimizando o impacto volumétrico deste equipamento.

Potenciou-se uma melhor utilização dos espaços exteriores, onde se encontram agora espaços de lazer, de desporto informal, bem como os pavilhões do Clube de Alunos e dos Antigos Alunos, de modo a estimular a vivência deste local com actividades do seu interesse. Igualmente o restauro da Casa do Reitor, bem como dos pequenos edifícios da Portaria e Casa do Guarda, mantiveram os seus elementos identitários.

A nossa proposta procurou assim instalar um conceito de integração máxima no território, de modo a salvaguardar a identidade arquitectónica do Liceu Passos Manuel que assim continuará a destacar-se do seu contexto paisagístico e urbano •





MODERNIZAÇÃO DO LICEU PASSOS MANUEL

INTERVENÇÃO ESTRUTURAL

João Appleton
Engenheiro (A2P Consult)

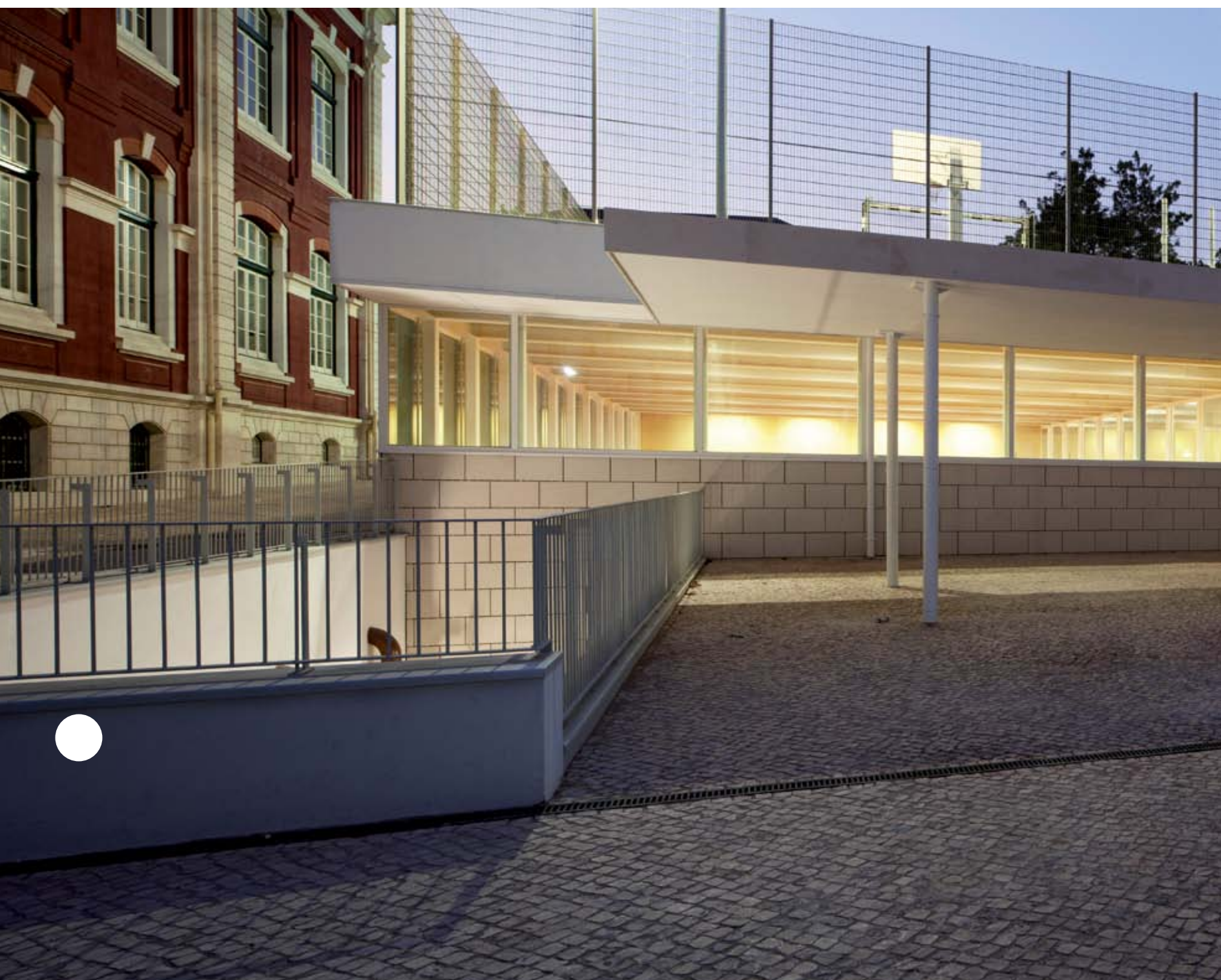
A intervenção estrutural no âmbito do projecto de modernização do antigo Liceu Passos Manuel foi desenvolvida em duas vertentes distintas: por um lado, houve a necessidade de realizar um conjunto relevante de alterações no edifício do Liceu, incluindo medidas de reparação e de reforço para fazer face a deficiências e debilidades estruturais, nomeadamente relacionadas com problemas de fundações do corpo de ligação do edifício principal ao bloco dos laboratórios; por outro lado, o projecto de modernização contemplou a construção e novas edificações destinadas a espaços dedicados a serviços de apoio como o refeitório e cozinha, o auditório e o polidesportivo, os quais colocaram interessantes desafios estruturais associados às características específicas destas zonas e aos problemas colocados pela existência de um colector de grande dimensão com traçado que interferia com toda a área enterada dos novos edifícios escolares.

Como aspecto da maior relevância deve salientar-se a constatação das excelentes características estruturais do velho edifício, em boa medida determinadas pela distribuição homogénea de grossas paredes de boa alvenaria; tais características, inerentes ao próprio desenho da Escola, com os seus pátios fechados, permitiram reduzir ao mínimo as necessidades de reforço estrutural para garantir a segurança sísmica deste edifício.

Anote-se, finalmente, como uma curiosidade que não é de somenos importância, que o projecto original do Liceu Passos Manuel foi inovador no que se refere ao uso do betão armado, utilizado em paredes interiores, com soluções muito interessantes, conhecidas da bibliografia internacional mas raramente encontradas em Portugal •







INTERVENÇÃO NO ESPAÇO EXTERIOR

Luís Cabral
Arquitecto Paisagista (Arpas)



1. Introdução

O projecto dos espaços exteriores do Liceu Passos Manuel, incidiu numa área com cerca de 11.880 m², a envolver um edifício histórico e a necessitar de restauro.

O recreio do liceu apresentava diversas situações pouco compatíveis com um ambiente escolar saudável, nomeadamente o acesso viário ao Quartel da GNR no miolo do quarteirão e o estacionamento automóvel abusivo nas áreas de recreio, estudo e jogo, passando todo o trânsito à porta principal do edifício.

Na plataforma da entrada, após a passagem pela entrada do edifício, encontrava-se um jardim com restos de traçado característico de princípio de séc. XX, nomeadamente canteiros periféricos e o que resta de sebes que delimitam as áreas plantadas. Este tipo de traçado, para além de fragilizar as áreas plantadas, era incompatível com o tipo de recreio apropriado

aos jovens destas idades, necessitados de gastar energias nos intervalos das aulas.

Neste jardim era dominante a presença de árvores diversas, algumas de grande porte, onde ressalta um exemplar monumental de *Phytolacca dioica* e Aroeiras que aqui apresentam um invulgar porte arbóreo.

Embora permanentemente aberto, o recinto estava vedado com redes altas em grande parte coroadas por arame farpado.

2. Objectivos e Princípios de Concepção

O projecto dos espaços exteriores pretendeu criar um espaço de qualidade, com vocações claras para o estudo, recreio e actividades desportivas escolares e da comunidade local, que também usufrui destas instalações.

Enquanto área patrimonial, procurou-se uma intervenção discreta, de realce dos elementos de qualidade presentes, recuperados segundo tecnologia apropriada, se necessário com auxílio de técnicas e materiais da época da sua construção.

O limite orçamental era apertado para a recuperação do existente, já que incluía cantarias de grande dimensão e ferros fundidos degradados, a necessitar de profundo restauro. O terreno acidentado e a recuperação dos materiais de origem inflacionam o valor de obra e obriga a opções de projecto por materiais e aplicações de custo muito reduzido, estrategicamente nas áreas mais extensas.



Procurou-se, neste projecto de arquitectura paisagista, a criação de:

- equipamento desportivo (formal e informal) e recreativo necessário, próprio para o jogo e recreio das idades escolares, espaços amplos e livres de obstáculos para os mais activos;
- áreas de lazer, convívio e estudo ao ar livre diferenciadas, quer na sua localização, quer no tipo de pavimento, quer ainda na exposição ao sol e ao vento, permitindo a diversificação de ambientes apropriada às faixas etárias em presença e aos diferentes grupos que naturalmente se geram;
- pavimentos de cor suave, ecológicos e permeáveis, uns em pedra recuperada junto ao edifício, outros contínuos para correrias;

- profusas sombras para protecção da luz e do calor;
- acessibilidade segura a alunos, professores, funcionários e do apoio ao funcionamento da escola, bem como uma área de estacionamento automóvel segregada;
- enquadramento do conjunto.

3. Descrição da Proposta

Os pátios interiores do edifício, com desenhos em calçada miúda de calcário e basalto, foram levantados e recolocados tal como estavam, mas desempenados, após renovação das infra-estruturas.

O acesso e portões do recinto foram recuperados e equipados com controlo remoto. As via-

turas acedem à plataforma superior a norte, por circuito autónomo. Sob a rampa de acesso aproveita-se o esconso para criar um compartimento de apoio ao jardim e recolha de lixos. Passada a entrada, a calçada envolve o edifício por caminhos laterais, que foram recuperados desempenando as bases e os buracos. As faixas onde os veículos ainda terão de passar estão levemente marcadas por linhas intermitentes de pedras pretas e um padrão que associa os dois tipos de pedra.

Os recreios são vistos como áreas de descongestionamento próprio de intervalos entre as aulas, e propõe-se diversificados. A grande área de recreio a norte do edifício tem um conjunto de árvores polarizadas pela notável e escultural Phytolaca, que foi enquadrada por diversas cantarias existentes que, aproveitadas em bancos corridos, vieram proteger as raízes e o pavimento envolvente. A aposta neste es-



paço reduziu-se a introduzir algumas árvores e limpar o traçado desadequado de vegetação herbácea e arbustiva que impedia o jogo e criava regras inúteis de preservação dos canteiros. O pavimento ficou em agregados britados com aglutinante de cal e cimento branco, uma argamassa pobre e aberta, relativamente elástico, ecológico, económico e plenamente drenante. Este grande espaço foi rematado por bancos e mesas de madeira, que permitem apoio e estudo, material confortável e que absorve o impacto do habitualmente muito activo recreio. Num canto à sombra desenharam-se em calçada preta, jogos tradicionais do tipo xadrez, damas, macaca, etc.

Outra área de recreio e jogo propõe-se na extrema sul, onde podem ser implantados postes para pendurar redes de voleibol, e onde serão

colocadas mesas, num topo que se quer mais sossegado, para não incomodar os vizinhos. Diversos conjuntos de elementos arbóreos de folha caduca foram dispostos de modo a confinar e estruturar os espaços, a introduzir um grau de conforto elevado no interior do recinto e a enquadrá-lo no interior do quarteirão •



LICEU PASSOS MANUEL: A PERSPECTIVA DA ECONOMIA PATRIMONIAL

José Maria Lobo de Carvalho
Arquitecto

Do ponto de vista puramente patrimonial, o antigo Liceu Passos Manuel constitui certamente o mais importante edifício escolar do universo em análise e, neste sentido, uma responsabilidade acrescida para qualquer projectista.



A

actual renovação do parque escolar destinado ao ensino secundário público incide sobre um universo heterogéneo de edifícios que reflectem a evolução dos programas esco-

lares ao longo de um século de ensino liceal em Portugal. Neste contexto, destaca-se o conjunto de liceus antigos construídos entre os finais do século XIX e 1935, considerados 'históricos' pelo seu valor patrimonial e uma importante herança cultural com significativo valor emocional para várias gerações de estudantes. É neste grupo que se inclui o Liceu Passos Manuel, construído nos alvares da instauração da República que agora comemora o seu primeiro centenário.

Na verdade, a actual Escola Básica e Secundária de Passos Manuel – que toma precisamente o nome do autor da Reforma do Ensino Público em 1836, na origem do actual ensino secundário – representa a primeira experiência de uma tipologia arquitectónica liceal, concebida de raiz ainda no tempo da Monarquia e inaugurado já em 1911, como

o primeiro Liceu de Portugal. Trata-se de um edifício notável, quer pelo pioneirismo da sua tipologia arquitectónica, quer pelas características arquitectónicas em que se materializou.¹ Do ponto de vista puramente patrimonial, o antigo Liceu Passos Manuel constitui certamente o mais importante edifício escolar do universo em análise e, neste sentido, uma responsabilidade acrescida para qualquer projectista. Não se trata apenas de intervir num objecto de reconhecido valor cultural (classificado como Imóvel de Interesse Público desde 2003), respeitando a sua autenticidade histórica e material, mas sobretudo acomodar as novas exigências técnicas e funcionais definidas pela Parque Escolar E.P.E. (por exemplo, com características técnicas padronizadas para o isolamento térmico, condições acústicas e ventilação mecânica). Actuar num edifício histórico, nestas condições, é sempre doloroso e requer a definição de zonas de sacrifício e uma gestão racional e inteligente de equipamentos e cablagem técnica, a fim de respeitar os valores patrimoniais em causa e responder à funcionalidade-modelo pretendida.

(melhores acessos ou estacionamento, mais segurança, nova infra-estrutura desportiva para a comunidade)

Perspectiva patrimonial (edifício e quarteirão)

A recente intervenção dos arquitectos Victor Mestre e Sofia Aleixo partiu de um rigoroso respeito pela fábrica original, na dupla componente física (técnicas construtivas e decorativas originais) e tipológica (relações espaciais, que ilustram o programa inicial), integrando o conjunto edificado numa diferente organização funcional que inclui duas novas valências escolares/comunitárias (o refeitório e o campo de jogos), preservando no entanto a sua leitura volumétrica de origem ao 'enterrar' os novos espaços num piso subterrâneo a Sul, que se prolonga para Oeste, com acesso directo ao nível da Travessa do Convento de Jesus. Mas a abordagem dos projectistas não se limitou ao imóvel e estendeu-se a uma análise mais vasta e ambiciosa de todo o quarteirão, justificada pelo seu particular enquadramento urbano. Construído nos terrenos da antiga cerca do Convento de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, o edifício encontra-se delimitado a Norte pelo conjunto edificado da Igreja Paroquial das Mercês/Hospital de Jesus/Convento de Jesus (Museu Geológico) e Academia das Ciências de Lisboa, a Este pelo Palácio do Marquês de Pombal, Escola Superior de Dança de Lisboa e edifício do antigo jornal *O Século* (Ministério do Ambiente) e a Sul pela Igreja de Santa Catarina e o antigo Convento dos Paulistas, actual sede da GNR. No seu todo, estes imóveis delimitam um quarteirão vazado em cujo interior se encontra o Liceu, com acesso a Sul pela Travessa do Convento de Jesus.

Tendo como base o excepcional acervo de mineralogia pertencente ao Museu Geológico, instalado desde 1857 no antigo Convento de Jesus, e a colecção de animais empalhados do antigo Liceu Passos Manuel, preservada em excelentes condições desde a sua construção, surgiu a ideia da criação de um importan-

te núcleo museológico de Ciências Naturais, combinando ambas as colecções. Neste sentido, os projectistas propuseram alargar a sua intervenção aos imóveis vizinhos, mediante a interligação de todo o interior do quarteirão, nomeadamente a criação de um espaço verde interior comunicando com o jardim histórico do Palácio Pombal e uma ligação pedonal directa entre as diferentes frentes urbanas do quarteirão, nomeadamente entre a Rua da Academia das Ciências e o Largo do Convento de Jesus. Apesar do seu interesse cultural e da dinâmica urbana que esta proposta certamente traria, a solução acabou por ser abandonada por falta de receptividade das instituições vizinhas.

Vem a este propósito a noção de custo e benefício de uma intervenção patrimonial, nomeadamente a percepção de que actuar a esta escala no tecido histórico edificado da cidade é actuar sobre uma realidade complexa, na qual coexistem diferentes agentes económicos, com perspectivas diferentes sobre a intervenção.

Perspectiva económica (comunidade)

Um dos modelos de análise do tipo custo-benefício (ou de impacto) mais interessantes a este respeito é o do *Impacto Comunitário* (Lichfield, 2003), segundo o qual actuar numa determinada área do território implica interagir com todos os actores presentes, que de forma directa ou indirecta são afectados pela intervenção e que deste modo se podem mostrar favoráveis ou contra essa intervenção. Do ponto de vista económico, os modelos de análise do tipo custo-benefício reconhecem impactos directos e indirectos, no entanto Lichfield salienta que estes podem ser positivos ou negativos, consoante o actor em causa. Assim, se a reabilitação do antigo liceu constitui uma óbvia mais-valia

para estudantes e professores (melhores condições de ensino-aprendizagem e interacção social), outros actores locais poderão também beneficiar da intervenção (melhores acessos ou estacionamento, mais segurança, nova infra-estrutura desportiva para a comunidade) ou sentirem-se prejudicados por esta (mais trânsito, menos estacionamento, menor visibilidade pública).

Na perspectiva da economia patrimonial (Lobo de Carvalho, 2007), a intervenção num determinado bem cultural imóvel resulta num conjunto de custos e benefícios que decorrem, numa análise simplista, do investimento realizado e do retorno obtida. Do somatório de ambos resulta a mais-valia da intervenção, sendo que, de um modo geral, os benefícios são normalmente sobrevalorizados face aos custos, com o objectivo de justificar a correcta alocação de fundos públicos (Grefte, 1999).

Os benefícios podem ser tangíveis (quantificáveis em valores monetários) ou intangíveis (traduzíveis noutra forma de valor social) e são comumente divididos (ICOMOS, 1993) em directos, indirectos e induzidos ou, de modo mais simples, em primários ou secundários, consoante estes benefícios revertam directamente para o imóvel ou sejam consequência indirecta da beneficiação deste na comunidade envolvente. Por exemplo, o restauro de um monumento induz maiores receitas directas pelo acréscimo de visitantes e maiores receitas indirectas com o consequente aumento das vendas turísticas no comércio local. Nos casos em que a actividade do comércio e serviços locais dão origem a maior dinâmica na economia circundante (ao longo da cadeia de fornecedores, distribuidores, etc.), obtêm-se receitas ou benefícios induzidos. À parte destes valores quantificáveis existem ainda outros benefícios relacionados com a melhoria da qualidade de vida, imagem urbana, orgulho local, acessibilidade, segurança, entre outros, que constituem os benefícios intangíveis.





Simplificadamente, pode-se considerar que no caso da reabilitação do antigo Liceu Passos Manuel, os benefícios directos decorrem da melhoria das suas condições de utilização para alunos, professores e funcionários, alargadas ainda à comunidade escolar alargada.² Acresce a capacidade adicional de obter receitas directas com a rentabilização dos espaços de restauração e desporto para o exterior. Como benefícios indirectos incluem-se aqueles decorrentes da beneficiação das instalações para a comunidade envolvente, nomeadamente no envolvimento das famílias (encarregados de educação), na relação com as instituições locais (Junta de Freguesia, Associação de Antigos Alunos, entidades vizinhas) e na dispo-

nibilização pública de novas infra-estruturas educativas (conferências, cursos de formação, ensino nocturno), sociais (restauração) e desportivas (campos de jogos).

Finalmente como benefícios induzidos salientam-se, por um lado, as eventuais mais-valias sociais decorrentes de melhor aproveitamento escolar dos alunos (esta escola encontra-se actualmente integrada no Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP2), maior alcance dos apoios sociais às famílias (49,4% com carência económica) e de maior integração étnico-cultural dos alunos estrangeiros (17% do total), por outro lado, as possíveis sinergias com outras instituições locais e o potencial efeito de revitalização do



tecido social, nomeadamente reforçando a fixação de famílias jovens no tecido histórico envolvente, para quem a escola representa uma âncora social fundamental.

Porém, a intervenção não se resume aos benefícios apenas e inclui custos directos e indirectos diferenciados também segundo cada agente local. A análise do quadro da página seguinte mostra como estes se parecem concentrar progressivamente nos agentes mais distanciados da intervenção, enquanto os benefícios incidem sobretudo nos agentes directamente relacionados com o edifício. Na verdade, alguns benefícios constituem igualmente custos, na medida em que, para alguns agentes económicos, as mais-valias resultantes da intervenção

traduzem também um maior envolvimento e, conseqüentemente, maior responsabilidade directa ou indirecta. No caso da melhoria das condições gerais de segurança nas imediações do Liceu, por exemplo, permitem que as autoridades se concentrem noutros locais prioritários, porém, é igualmente expectável que a renovada imagem urbana do liceu seja acompanhada de melhorias no espaço público envolvente, nomeadamente nos espaços verdes, no trânsito e no estacionamento. De igual modo, os benefícios decorrentes da melhoria das instalações escolares representam também um custo directo na sua conservação futura (manutenção contínua).

Existem duas dimensões inerentes a qualquer edifício histórico: a sua natureza imobiliária e a sua natureza cultural. No primeiro caso, qualquer investimento realizado é passível de rentabilização directa através do mercado (venda, aluguer, etc.), no segundo, representa uma mais-valia social, nem sempre reflectida em valores de mercado. Porém, na perspectiva financeira, a decisão de intervir não se resume ao investimento inicial apenas, antes implica um conjunto de custos ao longo da vida útil do imóvel (o chamado *Life Cycle Cost* ou custo global) que incluem os custos iniciais de investimento (projectos e obra), os custos correntes (funcionamento e exploração) e ainda os custos futuros associados à sua manutenção regular.³

Conclusão

A análise da intervenção no antigo Liceu Passos Manuel, à luz do conceito de impacto comunitário, permite perceber como intervenções desta natureza extravasam o objecto arquitectónico e influenciam a comunidade envolvente, de modo diferenciado. Se, por um lado, os benefícios recaem sobretudo sobre os agentes económicos directamente envolvidos na operação, os custos (directos e indirectos) distribuem-se também por outros agentes económicos, co-responsabilizando-os ou penalizando-os, nem sempre de modo evidente. O interesse deste tipo de análise está na possibilidade de antecipar os obstáculos previsíveis e as sinergias possíveis, em intervenções desta natureza, com o objectivo de definir estratégias para melhor trabalhar com a comunidade envolvente.

Referências bibliográficas

AVEBC, 2009. *Projecto TEIP 2 – PASSOS XXI*, Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado (Documento electrónico consultado em <http://www.abc.edu.pt>)
 COELHO, Alexandra Prado (2010), "As novas escolas querem mudar o ensino em Portugal", jornal *Público*, 07.06.2010.

GREFFE, Xavier, 1990. *La valeur économique du patrimoine – La demande et l'offre de monuments*, Ed. Anthropos, Paris.
 GREFFE, Xavier, 2003. *La valorisation économique du patrimoine*, Coleção Questions de Cultures, Ministère de la Culture et de la Communication - DAG-DEP, La Documentation Française, Paris.
 HARWOOD, Elain (2010), *England's Schools: History, architecture and adaptation*, English Heritage.
 ICOMOS, 1993. *Conservation Economics - Cost Benefit Analysis for the Cultural Built Heritage: Principles and Practice*, International Scientific Committee, Colombo.
 LICHFIELD, Nathaniel, 1996. *Community Impact Evaluation*, Routledge, 2ª edição (2003), Londres.
 LOBO de CARVALHO, José Maria, 2007. *Conservação do Património – Políticas de Sustentabilidade Económica*, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico (não publicada).

1: Projecto original datado de 1896, da autoria do Arquitecto Rosendo Carvalheira, trata-se uma estrutura de alvenaria autoportante de volumetria imponente, assente em fundações contínuas com mais de vinte metros de profundidade, inserida no "modelo de edifício único de configuração compacta com pátios encerrados, filiado no modelo conventual dos antigos colégios" (PE, 2010). Define-se, sobretudo pelo seu programa funcional inovador, que traduz para a arquitectura o 'novo' curriculum liceal, com salas de aula, biblioteca, laboratórios de química, de física, de geografia, de ciências naturais e espaços para a prática de educação física.

2: O novo projecto foi concebido para 48 turmas, envolvendo 1.000 alunos, 150 docentes e 75 funcionários, porém o universo de pessoas directamente relacionadas com a nova infra-estrutura escolar é maior pelo facto de esta constituir também a sede do Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado (AVEBC, 2009), composto por quatro jardins-de-infância, cinco escolas básicas do 1º ciclo e uma escola secundária com 2º e 3º ciclo, representando um total de 1.700 alunos. Os benefícios indirectos desta intervenção referem-se assim a uma comunidade mais alargada de alunos, docentes, funcionários e pais, que se estima em cerca de 5.700 pessoas.

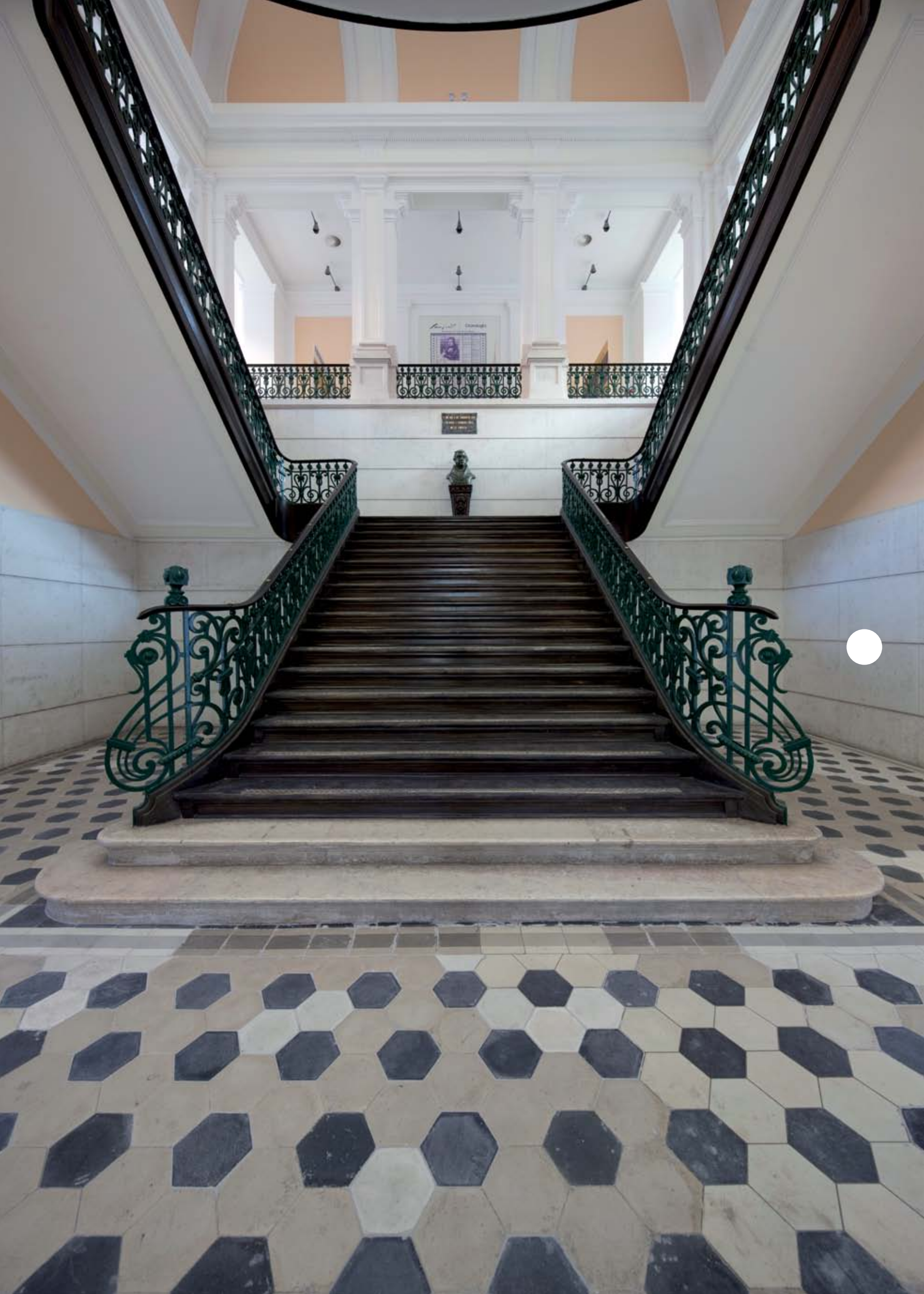
3: A estes acresce o custo de oportunidade para a sociedade (Frey e Oberholzer-Gee, 1998), uma vez que os recursos empregues na intervenção poderiam ser utilizados alternativamente e, em particular no caso de edifícios localizados em centros históricos, devido também ao valor dos terrenos em que se situam.

BENEFÍCIOS/ CUSTOS	BENEFÍCIOS DIRECTOS			BENEFÍCIOS INDIRECTOS			CUSTOS DIRECTOS		CUSTOS INDIRECTOS	
	Condições De Ensino	Novas Instalações	Integração Étnica-social	Segurança	Novas Infraestruturas	Espaço Urbano	Novas Instalações	Segurança	Novas Infraestruturas	Espaço Urbano
COMUNIDADE ESCOLAR	Alunos	●	●	●	●					
	Docentes	●	●		●					
	Funcionários		●		●					
	Famílias			●	●		●			
COMUNIDADE LOCAL	AVEBC*	●	●		●					
	Entidades vizinhas					●	●		●	
	Junta de Freguesia			●		●	●			●
	Assoc. antigos alunos		●							
COMUNIDADE ALARGADA	Câmara Municipal				●	●	●			●
	Ministério da Educação	●		●					●	
	Parque Escolar		●				●			

* Agrupamento Vertical de Escolas Baixa Chiado

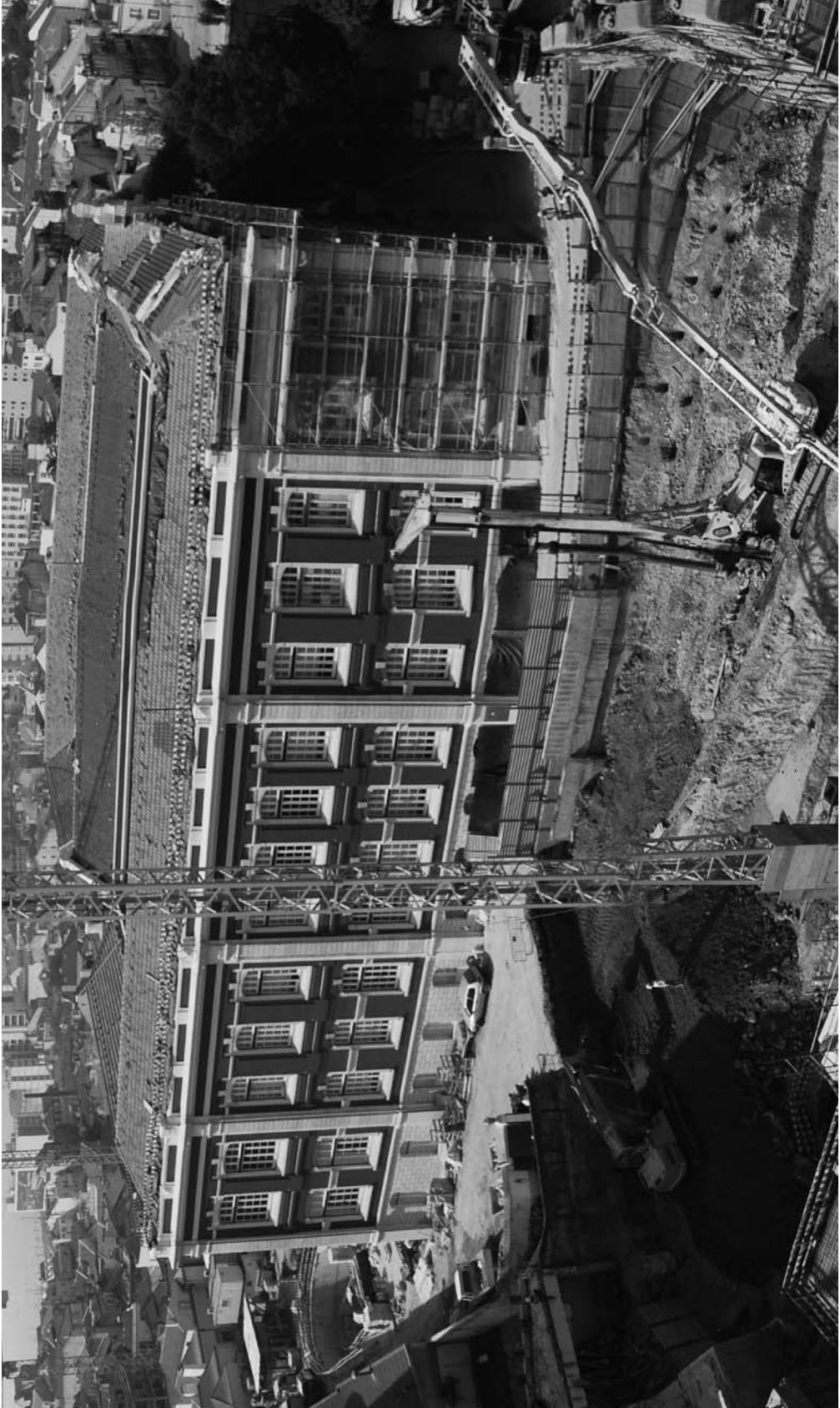


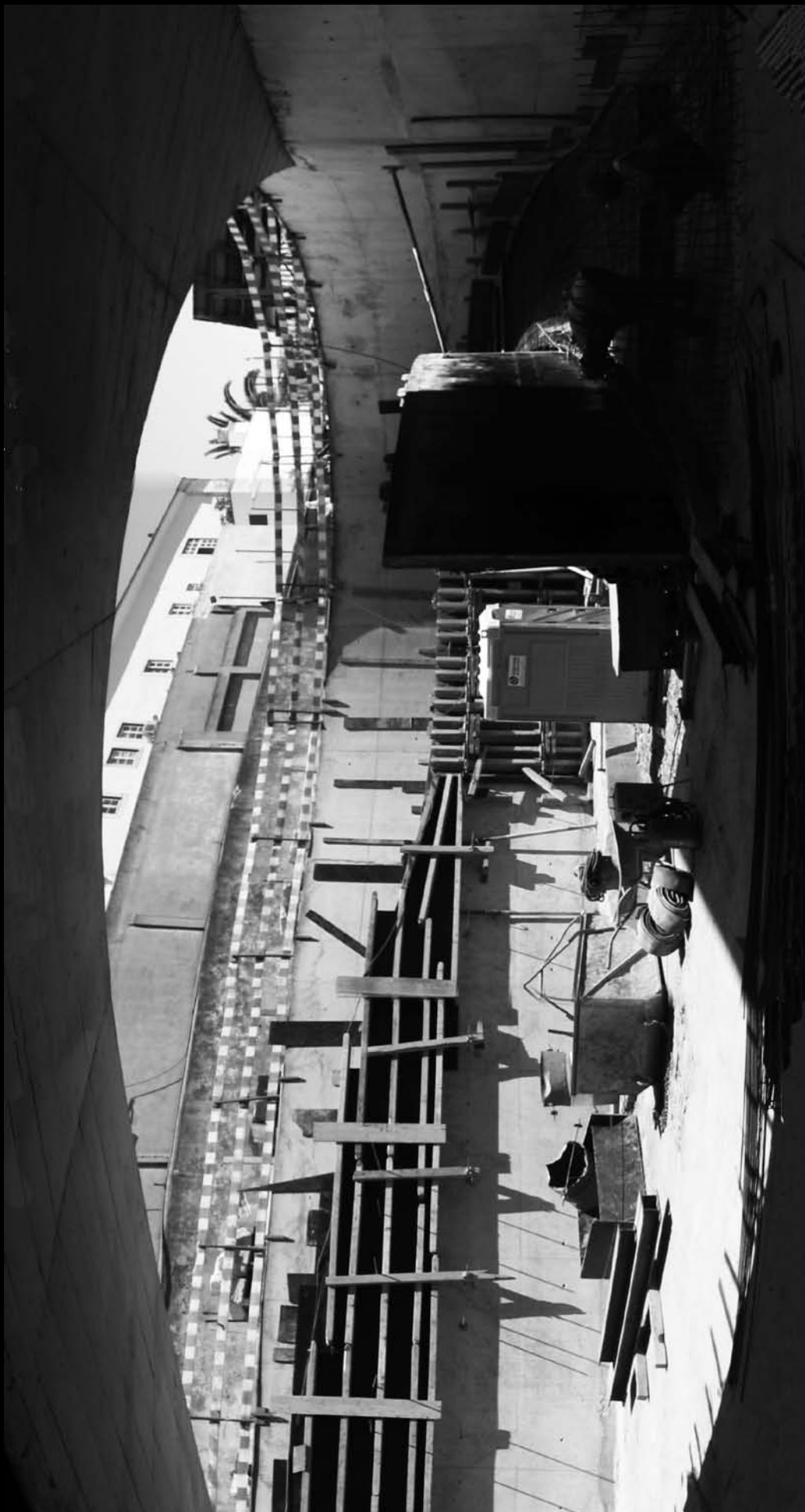








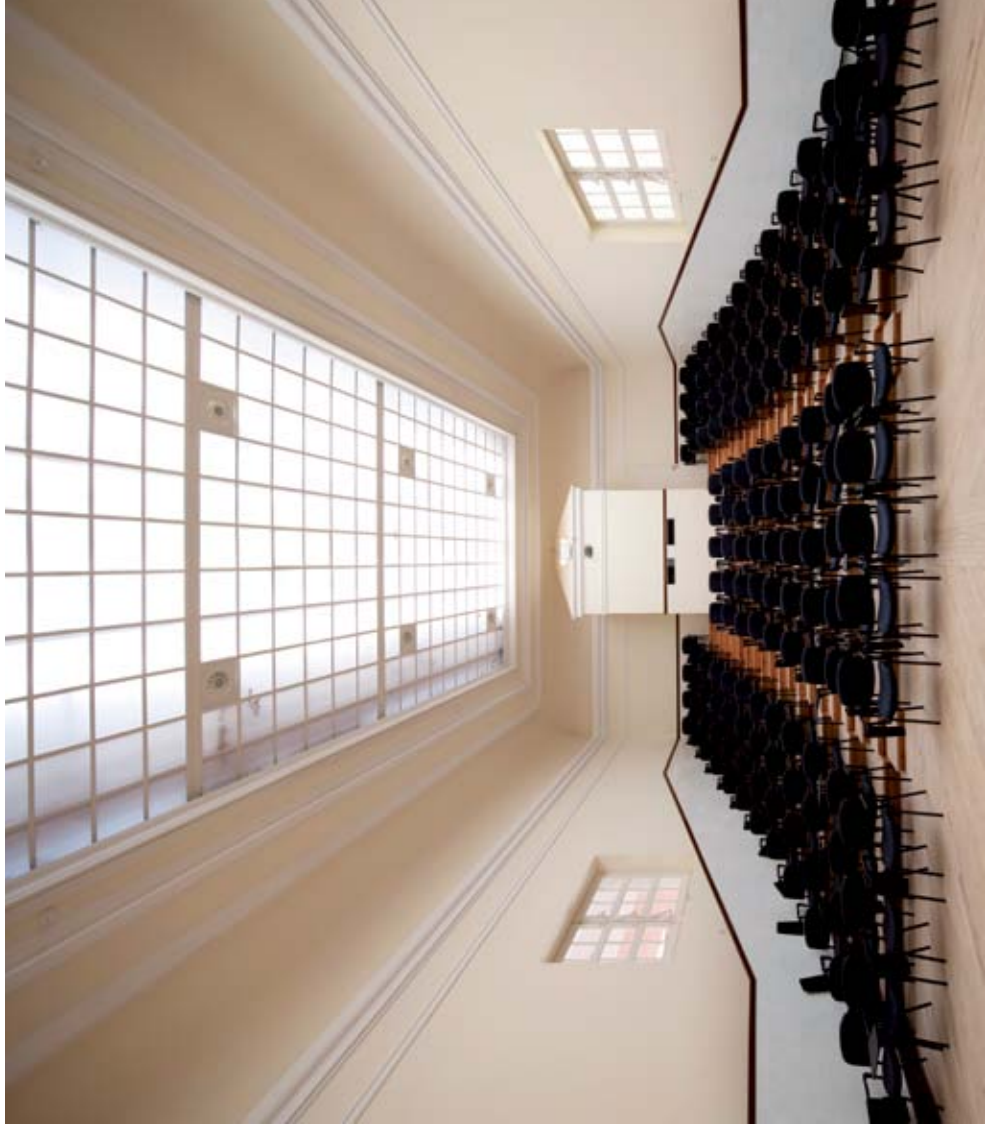


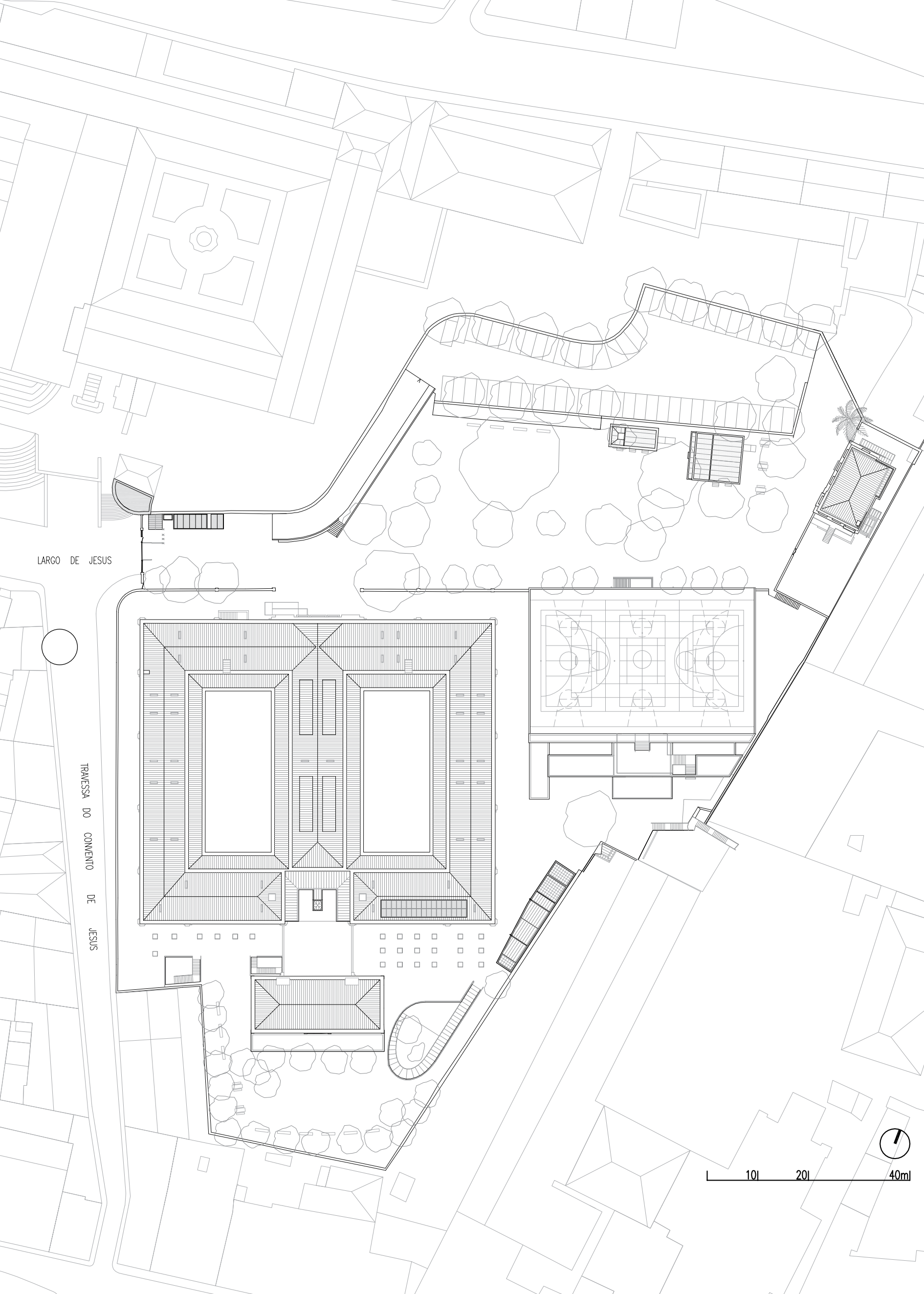






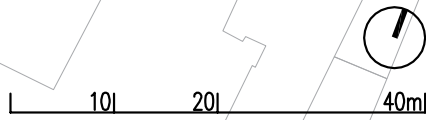




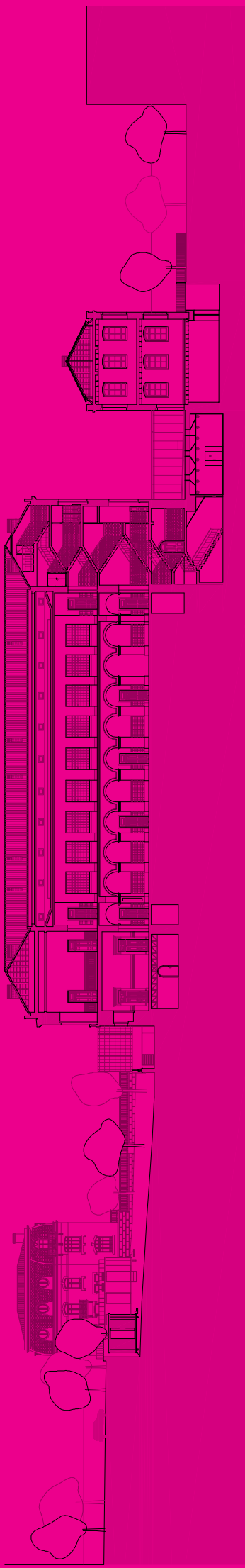


LARGO DE JESUS

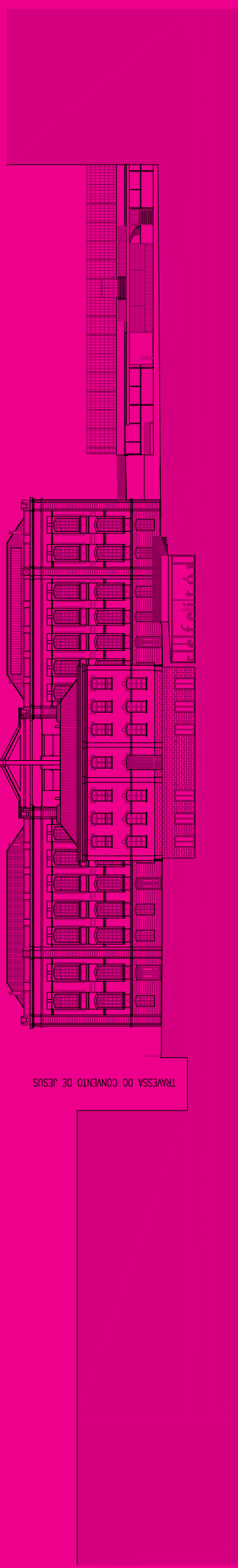
TRAVESSA DO CONVENTO DE JESUS



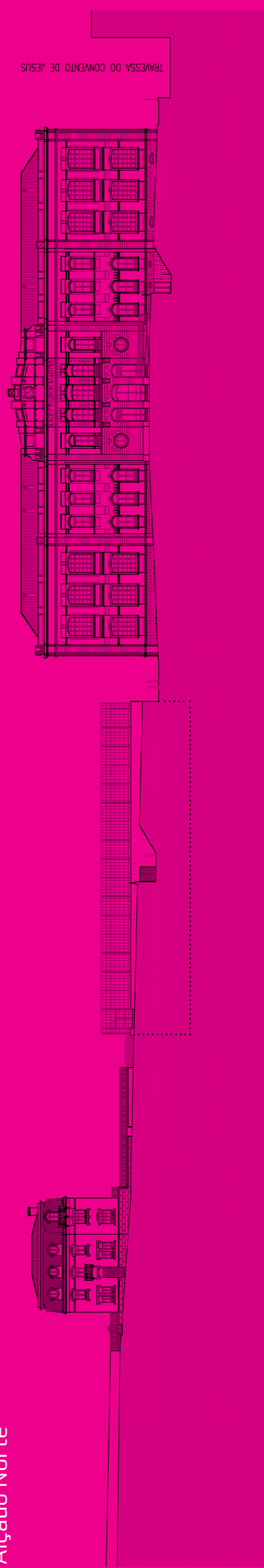
Corte



Alçado Sul



Alçado Norte



TESTEMUNHOS

G

uardo do Liceu Passos Manuel algumas das melhores recordações da minha vida. Aprendi imenso com os seus excelentes professores e também com os meus colegas de curso. Gostava de salientar os nomes de Joel Serrão (que me iniciou na Filosofia), Maria Lucília Estanco Louro (grande professora de História), e Soledade Castro Fernandes (que me abriu as portas da Biologia). Recordo também Garcia Pereira (um extraordinário professor de Inglês, e Maria Wallenstein (na área do Francês). O ambiente, humano e intelectual que estes mestres criavam, muito me ajudou durante o período perturbado e confuso da adolescência.

Mas para além da notável humanidade que encontrei no Passos Manuel, quero ainda referir o invulgar espaço arquitectural que a escola oferecia. O Liceu Passos Manuel é um edifício nobre, elegante na sua traça fundamental, amplo, pronto para ensinar subconscientemente o que são as proporções harmónicas e enriquecer a criatividade. Por certo que alimentou a imaginação de quem lá viveu durante sete anos.

Antonio Damásio
David Dornsife Professor
of Neuroscience Director,
Brain and Creativity Institute,
University of Southern California

P

or difícil que seja ter uma definição de educação que faça convergir os que, por um lado, entendem a cultura como o produto e não a causa de específicas formas de sociedade, e os que, por outro lado, entendem que a cultura, com os seus costumes, hábitos de vida em comum, crenças religiosas, sentido de raízes, é finalmente trave comum de um grupo, de uma região, de um povo, talvez o sentido clássico de *virtude* possa ser adoptado como o objecto de educação, ficando problemático entender o que significa essa virtude.

Na tradição greco-romana, a virtude era entendida, com Aristóteles, como

excelência de carácter, uma moralidade que inspirou a influência de Platão e Cícero no pensamento ocidental. A teoria política, que foi desenvolvida desde Machiavelli a Montesquieu, afirmou que cada comunidade gera e é sustentada, na sua identidade, pelo carácter dos cidadãos, e pela espécie de ordem organizada. Lembremos, com a divulgada síntese de Roger Scruton, que, de acordo com esses clássicos Platão e Aristóteles, “a verdadeira virtude é apenas uma; para ser verdadeiramente corajoso um homem deve ser sábio, para ser sábio deve ser justo, para ser justo deve ser prudente”. De facto, é a questão dos *valores* que se torna dominante, e que não se refere apenas aos bens económicos como parece ser tendência do ocidente em declínio, mas a “ideais, motivos, sentimentos, acções”, segundo o mesmo autor, inclinando-me para dar preferência ao entendimento de Kant, segundo o qual os valores são imperativos.

Estas breves referências, recolhidas de textos vulgarizados, destinam-se a fazer alguma crítica ao critério que orienta o projecto da unidade europeia que domina, com fragilidades, a entrada no milénio, e está longe do tempo e época em que Passos Manuel, entre 1836 e 1837, fundou liceus, conservatórios de artes e ofícios, escolas politécnicas, que, no dizer da excelente *História de Portugal*, coordenada pelo já ilustre Rui Ramos (2009), “foi sobretudo literatura para o *Diário do Governo*, tal como tinha sido o ensino obrigatório decretado em 1835”. A história desta instituição, Liceu Passos Manuel mostra que a simples literatura foi ultrapassada, e que pode ajudar a corrigir tendências actuais.

No conceito de Delors, que foi um dos mais eficazes e convictos presidentes da Comissão Europeia, o objectivo actual é constituir uma sociedade da informação e do saber, e para isso a ambição teve expressão directiva no Processo de Bolonha. Quando se medita no relativismo dominante, que fez do interesse económico e financeiro o denominador de uma sociedade em crise, e que substituiu o valor das coisas pelo preço das coisas, levando ao desastre em que nos encontramos, talvez não seja difícil aceitar a urgência de meditar sobre se, à informação e ao saber, não será necessário acrescentar a *sabedoria*, isto é, uma doutrina de valores que ponha limite ao avanço da fronteira da pobreza, não apenas material mas também cultural, que na viragem do milénio avançou do sul do Saara para o norte do Mediterrâneo. Resumidamente, repensar na *virtude*.

Uma meditação que talvez nos oriente no sentido tão defendido hoje pelo famoso Amartya Sen (*A ideia de justiça*, Almedina, 2010), de que não basta o que chama “viabilidade de um acordo transcendental único”, porque “se um diagnóstico sobre arranjos sociais perfeitamente justos se mostrar irremediavelmente problemático, então toda a estratégia do institucionalismo transcendental ficará seriamente comprometida, ainda que todas as alternativas possíveis e imaginárias estejam à nossa disposição e pareçam acessíveis”. De facto, não se trata apenas da escolha de instituições formais e uniformizadoras, trata-se de identidades, de

comunidades concretas, de heranças culturais específicas, de diferenças acolhidas pela unidade existente ou procurada.

E, por isso, a educação lida hoje, num mundo globalizado sem governança, com o gravíssimo e desafiante problema de relacionar a unidade procurada e traduzida em interdependências múltiplas, com a salvaguarda das *especificidades* humanas e culturais que parecem crescer de evidência e em perigo à medida que a interdependência se aprofunda. É por isso que a crise do *Estado*, sendo este a fórmula de governança das sociedades que herdámos e faz parte integrante do nosso pensamento ocidental, não se confunde com a crise das identidades das comunidades para cuja governança foi inventado. Tendo em vista a problemática europeia, e nela o nosso caso, a nossa crise de governança, parcela da crise mundial, tem expressão na crise visível do Estado português, mas esta tem de ser considerada em plano diferente de qualquer pretensa crise identitária da nação. E esta questão identitária tem que ver, fundamentalmente, com a concepção do modelo de educação que se tenha posto em exercício: formar uma sociedade da informação e do saber, sem lhe acrescentar a *sabedoria* dos valores, e portanto o objectivo clássico da virtude, o que é um dos alarmes da crise em que nos encontramos, não vai contribuir para uma reacção eficaz. É tendo esta grave circunstância em conta que tentarei enumerar algumas das mudanças que se verificaram desde Passos Manuel até à data em que estamos.

Não se trata do longo tempo de variações do sistema político português, mas sim das alterações da sociedade civil e das suas relações com o aparelho de ensino.

De facto, a virtude, de que falam os clássicos, é o objecto de uma integração social definida segundo uma concepção do mundo e da vida, que diferencia as áreas culturais, e que produz por vezes o confronto entre as áreas culturais de que hoje nos fala Huntington. Para tornar esta referência clara, tenho falado na *maneira portuguesa de estar no mundo*.

Não obstante as guerras civis, as invasões, as guerras coloniais, e assim por diante, a fidelidade à maneira portuguesa de estar no mundo, foi dominante, embora sofrendo as influências dos vários mundos por onde andámos, estes entregues a um conjunto de instituições das quais o aparelho educativo, em que se notabilizou Passos Manuel, era apenas um elemento de cada área cultural, que acompanhando o globalismo, se foi tornando ao mesmo tempo complexa e variável.

Todavia, durante anos, que alguns chamaram de *vida habitual*, a integração das crianças, sofrendo o tempo igualmente longo de integração, estava entregue a um conjunto de intervenções e responsabilidades: a família, o pároco de intervenção tão longamente fundamental na sociedade civil, e depois, de acordo com o pensamento napoleónico, a orientação para uma sociedade civil complexa e hierarquizada, ainda quando os regimes se afirmaram liberais e depois democráticos.

Para Napoleão, *o ler, escrever, e contar*, ensino primário, era indispensável aos soldados que tinham o dever de contar armas e munições, número dos membros das fileiras, e entender as ordens escritas dos superiores; um *ensino médio*, era indispensável para gerir os *pequenos grupos* em que se dividiam as forças combatentes, pelo que o *quadro de sargentos* ganhou a conhecida indispensabilidade; finalmente, a direcção superior dos exércitos, e o alto saber de conceber a estratégia, exigia a preparação de nível universitário, que as chamadas *grandes écoles* também fariam.

A sociedade civil, em que a primeira forma do capitalismo industrial alastrava, precisava simetricamente de operários que, sabendo ler, escrever, e contar, podiam contar as peças, as ferramentas, os elementos, os gestos a praticar, ler as instruções para a acção física; de igual modo, *pequenos grupos* de trabalho cooperante, exigiam a direcção de homens treinados para tal função, os *contramestres* que eram os sargentos da indústria, e aos quais as escolas médias, comerciais e industriais, forneceriam a capacidade de servir a realidade portuguesa; finalmente, para a alta direcção política, económica, científica, técnica, as universidades ensinavam as grandes disciplinas do direito, da economia, da medicina, da engenharia, e assim por diante, todas essas formações dependentes do critério estratégico dos liceus.

Esta complexa definição institucional, para retomar a linguagem de Amartya Sen, foi lenta em enquadrar a totalidade da população, uma ambição de longo alcance a até de difícil realização, com o índice de insuficiência que se podia ler na percentagem do analfabetismo, que entre nós se manteve alta até recentemente.

Mas havia um *dever cívico*, que era o *serviço militar obrigatório*, o qual em parte apreciável acudiu a essa chaga social, com uma integração específica, que ao mesmo tempo ensinava os valores nacionais e cívicos, procurava tornar letrados os recrutas, e dotá-los de uma competência profissional ainda que modesta.

Chegados a esta viragem do milénio, acontece que muitos desses componentes do aparelho integrador ou mudaram de definição, ou enfraqueceram, ou foram até eliminados por novas formas que a técnica permitiu criar, e a governança da integração não conseguiu sempre orientar.

Em primeiro lugar a família mudou radicalmente no ocidente, e por contágio foi crescentemente mudando em cada área cultural. A fórmula ocidental, de regra sacramentada e tendo por compromisso a responsabilidade pelos filhos que nascessem, viu mudar a função doméstica da mulher, tornada complexa pelo que se chamou sem poesia a igualdade de género, com profissões e sem tempo para as caseiras tarefas clássicas, ao mesmo tempo que as exigências de sustentação do agregado e dos novos hábitos exigem o trabalho e salário de marido e mulher: a função de integração enfraqueceu. Mas também enfraqueceu porque a sociedade civil multiplicou as formas de organização familiar, em primeiro lugar eliminando a primazia da família sacramentada,

facilitando a redução do compromisso matrimonial a um troço do caminho, com os efeitos colaterais que são conhecidos; por isso, simplificando os ritos, a *união de facto* ganhou prática e respeito, acrescentando a legalidade de outras formas, pelo que a contribuição da família para a integração diminuiu, dando lugar a intervenções de instituições de mercado, de solidariedade, de caridade, e sempre de limitada intervenção na integração social em mudança causada pelo multiculturalismo, uma novidade crescente na sociedade ocidental, sendo que na Europa, por exemplo, vivem 18 milhões de muçulmanos não integrados.

O relativismo que foi dominando o globalismo afastou crescentemente a filiação (com prática ou sem ela) nas religiões institucionais, incluindo a católica, tal como as estatísticas vão demonstrando, e ainda informando que o apelo à transcendência aumenta: também nesta área ou a função da *integração* enfraqueceu, quando não desapareceu, ao mesmo tempo que as deslocamentos descontrolados das populações, da sua área cultural para o seio de diferentes áreas culturais, desafiou o modelo de valores a presidir à integração. Finalmente, talvez em parte porque o *avanço das técnicas exige gente mais qualificada e menos gente*, também o serviço militar deixou de ser um dever cívico, passou a contratualizado, e isto significa uma mudança radical do tipo de relação valorativa com a bandeira, porque o *dever do contrato* não tem coincidência com o *dever cívico*.

Com tamanha alteração do complexo aparelho integrador *na maneira de estar no mundo* que dá identidade a cada povo, o *aparelho educativo* encontrou-se como que isolado em face da missão integradora, e de regra afectado pelo facto de as sociedades ocidentais terem sido orientadas para o modelo de sociedade de informação e do saber ao serviço dos interesses económicos, ou, mais prosaicamente, do chamado desenvolvimento sustentado, enfraquecendo ao mesmo tempo a capacidade de encaminhar para o culto dos valores que asseguram a identidade dos povos, a solidariedade da sociedade civil, a paz das relações baseadas na confiança.

Foi tal descaso crescente pelas humanidades que marcou o processo de integração em curso, com as responsabilidades cimeiras entregues ao cada vez mais solitário aparelho do ensino de vários países, nem sempre estes orientados pela convicção de que os homens se distinguem pela maneira como vivem e não pela maneira como ganham a vida.

É indiscutível a crise de Estado, inventado para uma época finda, mas o Estado é uma criação cultural para servir a comunidade, que o deve re-fundar, sempre que necessário, para salvação e manutenção dos seus valores.

Tomemos de exemplo a radical re-fundação do Estado que foi a República, e a importância então não esquecida da maneira portuguesa de estar no mundo e dos seus valores. Lembremos por exemplo palavras de Teófilo Braga, nesta data de comemoração do centenário da República.

Na sua *História das ideias republicanas em Portugal* (3.^a edição, 1910) afirma logo na Introdução: “Pelo critério positivo restabelece o acordo entre a conservação e a revolução; as ideias, como agentes imediatos de todas as transformações individuais e sociais, têm raízes mais ou menos profundas na inteligência e na vida dos povos, e essas raízes são a sua história, cujo conhecimento é indispensável para, segundo a sua maior generalidade, determinar por ela a marcha consciente ou de evolução entre as duas forças indisciplinadas da revolução e da conservação”.

Na data em que enfrentamos uma das mais severas crises nacionais, europeia e mundial, de nossa memória, esta celebração do centenário do nosso Liceu Passos Manuel obriga-nos a recordar o paradigma de ensino que instaurou, a testemunhar a vivência pessoal de cada um dos sobreviventes que aqui se formaram, o valor das instituições que é um dos valores que tendem para esquecidos. Não vou recordar todos os mestres, mas apontarei alguns que ficaram na memória dos que os escutaram, no património do Liceu, e no exemplo cívico legado ao país. Começarei por destacar Lopes de Oliveira, o professor de história e do civismo, que um dia foi preso na Calçada do Combro por escrever nos cartazes de propaganda do Estado Novo, a pergunta: quem paga esta propaganda? E assinava. No dia seguinte um jornal partidário anunciava que estava detido um não identificado energúmeno que andava a escrever inconveniências pelas paredes. Ficou nosso herói para sempre, e o seu livro *...Mesmo contra a Maré* um catecismo de coragem cívica. Lembro João de Barros, o doutrinador da escola onde se praticariam três virtudes, a liberdade, o civismo, e a solidariedade; António Pereira Forjaz, ao mesmo tempo professor da Escola Politécnica, que nos inspirava a ambição do ensino superior. As instalações, hoje tão melhoradas, eram já magníficas para o tempo, a biblioteca era já excelente, e o professorado insubmisso à política partidária. Na secção do Carmo (a Mitra), notabilizaram-se nomes como os de André Velasco, Palma Carlos, Mexia de Brito, Carlos Moreira. Morava eu no Beco de Estêvão Pinto, à beira do antigo Colégio dos Jesuítas, onde estacionava o Regimento de caçadores 5, e hoje está a Universidade Nova. Todos os dias a ida e volta para o Liceu era a pé, com o nosso pequeno farnel, e companheiro dessas caminhadas está vivo o Vicente Loff. Hoje são mais cuidadas as condições e apoios sociais aos estudantes, mas alguma coisa está a ser descuidada. Primeiro a convicção de que a socialização entregue ao ensino tem em vista uma sociedade do saber, e da informação, como proclamou a Europa de Delors, mas que lhe falta insistiu na componente essencial da sabedoria, dos valores, das humanidades; depois, a fraca consciência governativa de que os apoios à integração social que a longa caminhada do ensino tem a seu cargo, perdeu muita da cooperação e eficácia dos outros componentes do processo, a começar pela família, e tem o desafio dos meios de informação, tudo mais condicionada pelo preço das coisas do que pelo valor das coisas; e finalmente, a insuficiente atenção ao facto dessa mudança ter deixado o aparelho do ensino ex-

cessivamente só perante o desafio, com o conceito de equipa pedagógica descurado, com o estatuto social dos professores despromovido, e em todo o caso persistentes, responsáveis, e fiéis. Fiéis ao conceito de que, para além de toda a informação do saber, que a sociedade exige, tratam de formar cidadãos livres de escolher as escalas de valores, mas sabedores das escolhas que não serão dispensados de fazer. Por mim, espero ter correspondido, com outros muitos, ao que aqui me ensinaram.

Adriano Moreira
Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa
Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa

D

o Passos Manuel lembro-me das coiboadas que fazíamos no jardim, dos vários grupos rivais... o chefe do meu grupo era um rapazinho de cor, o Calú. Andávamos sempre no meio das árvores, a correr... um dia dei um trambolhão e levei quatro pontos.

Ainda aqui tenho a marca! (Que mostra, na palma da mão.)

Mas eu era um menino da mamã. Nem fui dos que fiz muitas guerras. Quando saía da escola, por vezes, a minha mãe seguia-me, a ver se eu ia para casa. Se não ia, tinha de explicar bem por onde tinha andado. Eram outros tempos. A miudagem era mais controlada. Não digo que fosse melhor... era diferente!

Amadeu Garcia dos Santos
General

C

onfesso que quando me transferiram – por excessivo bom comportamento sublinhe-se – do Padre António Vieira para o Passos Manuel detestei a ideia. Era longe de minha casa, não estavam lá muitos dos meus melhores amigos e era numa zona da cidade que eu conhecia mal.

Estava longe de imaginar a importância que este liceu iria ter na minha vida.

Quando lá cheguei, para me inscrever, fiquei impressionado pelo edifício. Enorme, antigo e frio. Mas rapidamente me adaptei e sem grande esforço.

Hoje continua enorme, menos antigo e quente.

O que me fez mudar?

Primeiro ter amigos que faziam, de manhã, o mesmo caminho. A pé da Avenida de Roma até ao metro de Entrecampos e daí até ao Rossio, depois outra vez a pé até ao Liceu, subindo até ao Chiado, e depois descendo a Calçada do Combro.

Uma aventura!

Depois do bairro antigo, as raparigas, não só do Passos como da Escola D^a Maria que ficava da Calçada do Combro, os matraquilhos na Travessa do Convento de Jesus e os meus novos amigos. Não tanto pela qualidade das aulas porque, devo confessar, o meu interesse estava bastante disperso e um jovem daquela idade não se podia concentrar em tudo. Professores sim. Houve um punhado de que ainda hoje me lembro, com saudade, pela qualidade, pela pedagogia e pelo esforço de ensinar, primeiro em ditadura e depois do 25 de Abril. Souberam estar presentes quando se protestava, antes, contra a guerra colonial e, depois, no meio daquela festa permanente de RGA's, maníf's, bancas das juventudes partidárias, eleições, associação de estudantes e de uma disciplina autogerada.

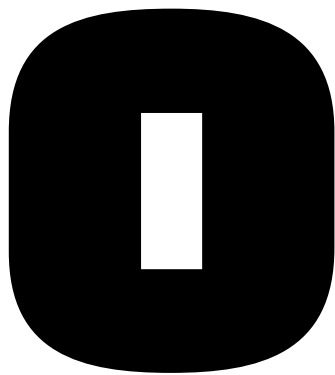
Saudável liberdade!

Foi no Liceu que iria fazer muitos dos melhores amigos que ainda hoje me acompanham. Foi aqui que comecei a desenhar para os outros e foi aqui que aprendi muito do que sou hoje. Foi aqui que conheci a mãe dos meus filhos e foi ainda aqui que pratiquei, sempre de óculos, futebol – à baliza! - e volei. Foi aqui que também fugi à polícia quando os “fachos” cercaram o Liceu, e ainda ajudei a impedir que as viaturas da GNR pudessem entrar e sair do perímetro do liceu já que a entrada para as garagens se fazia pelo portão principal. O “nosso” portão.

Depois das aulas, ao fim do dia, havia um lento regresso a casa, fazendo o caminho inverso também em grupo, ou em “manada”, como dizíamos. Depois da penosa subida da Calçada do Combro, a passagem pelo Chiado e a descida ao metro. Parava-se em quase tudo. No Camões para ver, na Brasileira para beber nem me lembro o quê, na Valentim de Carvalho para namorar e ouvir música ou no Rossio para apanhar outra vez o metro. A sensação era única depois continuada com a passagem para Belas-Artes onde respirei o mesmo ar e as mesmas geografias agora com outros amigos e com outros interesses.

É por isso que apesar de ter estudado em vários liceus de Lisboa o Passos Manuel será sempre o meu liceu.

Henrique Cayatte
Designer



s anos em que frequentei o Passos Manuel foram os da ressaca da “Revolução”, entre 77 e 79 - dominava então um ambiente político de grupos muito claros, cada um no seu cantinho e com os seus estilos visuais a “rigor”. Eu vinha de uma pequena escola pouco ortodoxa onde fui colega de carteira do António Costa, que nessa altura também transitou para o Passos Manuel para a turma de letras. Embora tivesse uma simpatia política mais virada para os ideais de extrema esquerda, vi-me envolvido com solicitações desse meu antigo colega, que numa aliança táctica com uma também ex-colega da antiga escola oriunda do PCP, conseguiram fazer eleger uma lista conjunta para o Conselho Directivo num liceu onde dominavam os blocos da UDP (que controlava o ALPA, a bem sucedida equipa de andebol que tinha uma prestação exemplar no campeonato nacional) e o bloco “unido PSD/CDS”. Eu fui “eleito” como suplente e participei activamente nalgumas reuniões desse conselho, assim como representei esse organismo em algumas reuniões inter-associativas.

Curiosamente, dei-me com pessoas de vários quadrantes políticos, sobretudo com o dirigente da Juventude Centrista, José Segarra, com o qual escrevi a meias numerosos contos de índole surrealista. Lembro-me de ter ido com ele inscrever o Manuel Monteiro ao Largo do Caldas. Associe o espaço desta escola às leituras que fiz na altura do grupo de Orfeu (Almada, Pessoa, Sá-Carneiro, etc.), não sei porquê. Tive maravilhosas aulas na grande árvore, sobretudo de filosofia, com o professor David, que um dia, dentro da aula, numa classe em que pretendia demonstrar um acontecimento previsível (a causalidade, meu Deus!), atirou um giz ao ar dizendo: “e tudo o que sobe cai!”, mas o giz não caiu, uma vez que ficou por cima da calha de um candeeiro. O que me fez adorar as excepções.

Pedro Proença
Artista Plástico



assaram 30 anos e penso que já posso contar que cometi uma pequena ilegalidade quando vim para o Passos Manuel.

Na verdade, a ilegalidade começou dois anos antes quando os meus pais

me inscreveram na Fernão Lopes (na Rua das Chagas) para fazer o Preparatório. Eu vivia na Lapa e tive de recorrer à morada do meu irmão para me poder inscrever naquela escola. Acabei por usar o mesmo truque quando chegou o 7º ano e o Passos Manuel.

Desci da Rua das Chagas até ao Passos Manuel com alguns amigos e colegas de turma mas sempre com a mesma dúvida: seria o Passos Manuel o liceu do meu bairro? É que na minha rua, os miúdos dividiam-se em dois grupos: os do Pedro Nunes e os dos Salesianos.

Eu era o único que todos os dias fazia um caminho diferente para a escola. Primeiro sozinho, dois anos mais tarde com o Laurindo do prédio ao lado, que os acasos do Ministério da Educação atiraram para o Passos. Melhor para mim.

Naqueles anos todos, já nem sabia qual era afinal o meu bairro. Vivia na Lapa mas passava o dia entre São Bento e o Bairro Alto. Foi aí que fiz muitos dos melhores amigos. O Passos Manuel era um liceu que retratava na perfeição os bairros que o circundavam, uma mistura e uma riqueza que, sinceramente, não sei se ainda se encontram com facilidade. Nunca gostei tanto de outra zona de Lisboa. Ainda hoje quando me perguntam: “Mas tu moravas onde?”, a resposta surge em duas fases: “Eu? Na Lapa... mas andei sempre no Passos Manuel!”.

Ricardo Costa
Jornalista

O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DESTINADAS AO ENSINO SECUNDÁRIO

O objectivo do PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DESTINADAS AO ENSINO SECUNDÁRIO (criado por Resolução de Conselho de Ministros a 3 de Janeiro de 2007) assenta em princípios de exigência de qualidade, colocando o ensino português como potencial referência internacional. Ao mesmo tempo, pretende-se promover nos espaços escolares a divulgação de conhecimentos, informação, competências dos alunos, estimulando e apoiando a aprendizagem e formação de uma forma integrada, a tempo inteiro e envolvendo a comunidade exterior. Visa-se actuar de forma integrada ao nível da requalificação das infra-estruturas físicas; da abertura da escola à comunidade e da manutenção e gestão dos edifícios após a requalificação. Este programa contempla intervenções em 332 escolas, fortalecendo uma potencial rede escolar nacional o que, estrategicamente, confere importância absoluta a este programa e à construção de uma nova cultura de aprendizagem.

NESTE ÂMBITO REFORÇA-SE A INTERVENÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR OBJECTIVANDO A:

Reposição da eficácia físico-constructiva através de:

- Correção de problemas construtivos existentes;
- Reparação e/ou substituição parcial de redes e infra-estruturas de águas de esgotos e de electricidade;
- Melhoria das redes informáticas;
- Melhoria das condições de segurança e de acessibilidade;
- Preservação da integridade arquitectónica do conjunto edificado, com recurso a acções de conservação e restauro em edifícios com valor patrimonial.

Reposição da eficácia ambiental através de:

- Melhoria das condições termo-higrométricas, lumínicas e acústicas, de ventilação e de qualidade do ar;
- Criação de sistemas de tratamento de resíduos;
- Criação de condições para a curto/médio prazo ser garantida a auto-suficiência energética das escolas através do recurso a energias renováveis.

Reposição da eficácia funcional através de:

- Oferta diversificada e qualificada de espaços lectivos e não lectivos;
- Melhoria do sistema de sinalização, dispositivos de informação e de exposição;
- Equipamento robusto, flexível e ergonomicamente adequado;
- Investimento na criação de uma “imagem” contemporânea para a escola.

Nível 2: abertura da escola à comunidade, através de:

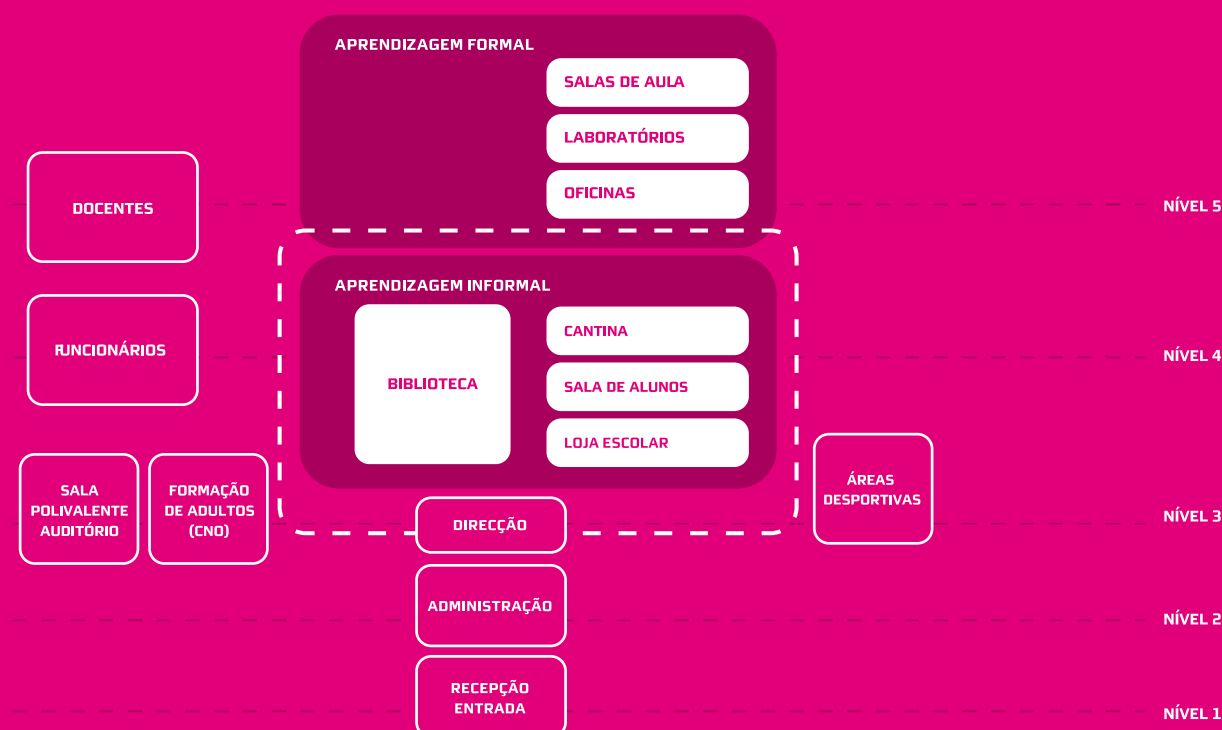
Criação de condições espaço-funcionais e de segurança, para permitir a utilização de partes da escola pela comunidade em horários pós ou extra-escolares no âmbito das actividades associadas à formação pós-laboral, aos eventos culturais e sociais, ao desporto e ao lazer.

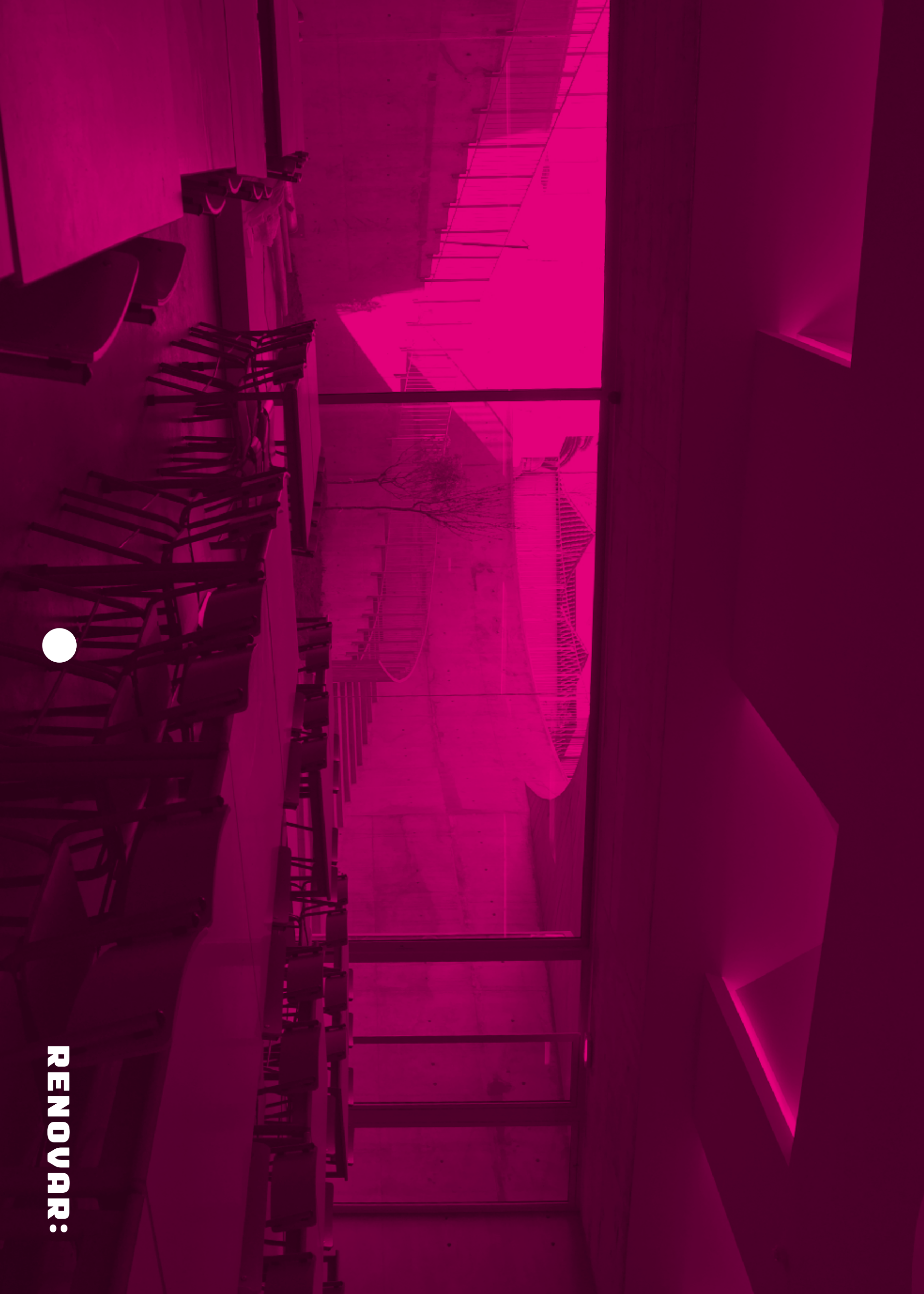
Nível 3: manutenção e gestão dos edifícios após a requalificação, através de:

- Realização de contratos de manutenção e conservação para cada escola por períodos de 10 anos;
- Respostas atempadas às intervenções pontuais de reparação;
- Correcta utilização das instalações e dos equipamentos através de acções de formação, acompanhamento e responsabilização dos vários utilizadores;

PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

O modelo de edifício escolar proposto, não é uma escola-tipo, mas um tipo de escola que convirja na direcção do projecto educativo proposto por cada uma das escolas, permitindo responder adequadamente às necessidades, objectivos e características das suas comunidades escolares e garantindo a durabilidade e sustentabilidade da intervenção num prazo dilatado. Este modelo proposto baseia-se na articulação funcional dos vários sectores lectivos e não lectivos; na garantia de condições para o seu funcionamento integrado e abertura de alguns sectores à utilização pela comunidade exterior em períodos pós-lectivos; na criação de espaços atractivos, multifuncionais, seguros, acessíveis e inclusivos permitindo a utilização alargada a pessoas com mobilidade condicionada e necessidades educativas especiais; na aposta em soluções duradouras em termos físico, ambientais e funcionais, de modo a garantir a redução de custos de gestão e de manutenção.





RENOVAR: